

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

TERCEIRO SETOR E RESPONSABILIDADE SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Maria Beatriz Gouvêa Scarpelli


Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 10/10/04

Florianópolis (SC), novembro 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

TERCEIRO SETOR E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Maria Beatriz Gouvêa Scarpelli

Orientado por
Prof. Raúl Burgos

Área de Atuação
Instituições e Organizações

Florianópolis (SC), novembro de 2004

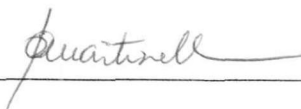
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado e julgado perante a Banca Examinadora que atribuiu a nota 7,5 à aluna Maria Beatriz Gouvêa Scarpelli – matrícula 9911626-0.

Banca Examinadora



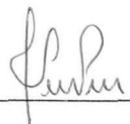
Prof. Raúl Burgos

Presidente da Banca



Profª Rosana Carvalho Martinelli de Freitas

Primeira Examinadora



Profª Sirlei de Fátima Scolaro Pedrini

Segunda Examinadora

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por estar sempre ao meu lado. Nos momentos de felicidade enchendo-me de alegria e, nos momentos difíceis mostrando-me a lição que deveria aprender para me tornar um ser humano melhor.

Aos meus queridos pais Gouvêa e Alaíde que me receberam nesta terra e, me ensinaram o valor do trabalho honesto, do amor ao próximo, da solidariedade, da amizade, do canto, do riso, da alegria, da vida! Agradeço pelo amor, carinho e por tudo o que recebi na minha infância, pois sei que fizeram o melhor que puderam dentro das limitações e nível de consciência que possuíam.

Agradeço as minhas filhas Fernanda e Renata que sempre foram um incentivo em minha vida; as minhas irmãs Rosana, Marisa e Marta que mesmo à distância sempre se fizeram presentes estimulando-me com amor, entusiasmo e coragem e, ao fiel amigo Alberico.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para a minha formação, em especial, ao Professor Raúl Burgos pela paciência e orientação deste trabalho.

À Sociedade Alfa Gente, que me proporcionou seu espaço na Casa da Criança e do Adolescente e as queridas Tatiana, Sirlei, Miro, Tito e todos os integrantes da Organização.

À querida Cássia Huller que mais do que amiga, foi irmã, confidente e companheira; agradeço pela amizade e principalmente por seu apoio na elaboração desta monografia.

Agradeço aos amigos e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho.

“Não basta ter belos sonhos para realizá-los.
Mas ninguém realiza grandes obras se não for capaz de sonhar grande.
Podemos mudar o nosso destino, se nos dedicarmos à luta para realização de nossos ideais.
É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho;
de examinar com atenção a vida real;
de confrontar nossa observação com nosso sonho;
de realizar escrupulosamente nossa fantasia.
Sonhos, acredite neles”.

(Lênin)

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	ix
INTRODUÇÃO.....	9
Exposição do Assunto.....	9
Objetivos	15
Geral	15
Específicos.....	15
Metodologia	16
CAPÍTULO 1- “TERCEIRO SETOR” E “RESPONSABILIDADE SOCIAL”.....	18
1.1 – A CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR.....	18
1.2 – CONCEITUANDO ORGANIZAÇÕES.....	34
1.3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	39
CAPÍTULO 2- A EXPERIÊNCIA DA SOCIEDADE ALFA GENTE.....	52
2.1 – HISTÓRICO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SOCIEDADE ALFA GENTE.....	52
2.2 – CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA ORGANIZAÇÃO.....	59
2.3 – A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE ALFA GENTE NA COMUNIDADE.....	66
2.4 - EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
BIBLIOGRAFIA.....	78
ANEXOS.....	83

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ASA – Ação Social Arquidiocesana

BANESPA – Banco do Estado de São Paulo

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEI – Centro de Educação Infantil

CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais SA

CEP – Council on Economic Priorities

CEPAA – Council on Economic Priorities Accreditation Agency

CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNAS – Conselho Nacional da Assistência Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

DISI – Índice Dow Jones de Sustentabilidade

EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica SA

EUA – Estados Unidos da America

FIDES – Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSC – Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal)

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

ICNPO – International Classification of Nonprofit Organizations

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INTERLEGIS – Comunidade Virtual do Poder Legislativo

ISER – Instituto Superior de Ensinos Religiosos

ISO – International Organization for Standartization

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OS – Organização Social

OSC – Organização da Sociedade Civil

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PNDE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RITS – Rede de Informação para o Terceiro Setor

SA 8000 – Social Accountability

SAI – Social Accountability International

SAM – Sustainable Asset Management

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIF- Souncil Investment Fórum

UNIBANCO – União de Bancos

INTRODUÇÃO

Exposição do Assunto

A explicação de maior relevância para a persistência da pobreza no Brasil consiste na má distribuição de renda, que se apresenta altamente concentrada pela minoria da população.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, que analisa as condições de bem-estar em 177 países, chegou-se à conclusão de que o Brasil é o quarto país com maior desigualdade social do mundo, perdendo apenas para Namíbia, Lesoto e Serra Leoa.

Podemos também citar a elevação das taxas de desemprego nos setores da indústria, do comércio e de serviços, provocadas pelas profundas transformações dos processos produtivos na maior parte das organizações brasileiras. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 141 países, o Brasil é o terceiro país do mundo em número de desempregados, ficando atrás apenas da Índia e da Rússia.

Sem esquecer que o capitalismo neoliberal dominante no sistema globalizado determina as políticas econômicas dos países chamados emergentes, entre os quais se encontra o Brasil. Dessa forma, a administração político econômica brasileira vem sendo orientada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a cortar gastos sociais e privatizar empresas estatais, desconsiderando a repercussão de tal processo, como o aumento do índice de desemprego, exclusão social, pauperização da população e os agravantes dela derivados.

As políticas sociais, no entanto, não acompanham o mesmo ritmo das políticas de desenvolvimento econômico. A idéia de supremacia da economia de mercado sobre o social favorece a má distribuição da riqueza e a exclusão social.

Visando minimizar as carências sociais, o denominado Terceiro Setor”reúne organizações sem fins lucrativos, oriundos da iniciativa privada voluntária, que objetivam o benefício público.

Diante das transformações ocorridas no sistema político, econômico e social do país; a responsabilidade pelo social, que se restringia à esfera governamental, hoje é ampliada para toda a sociedade, verificando-se a formação de associações, fundações e instituições que surgem para a prestação de serviços sociais, promoção do desenvolvimento econômico local, preservação do meio ambiente, defesa de direitos civis e atendimento de outras demandas sociais.

Essas organizações, instituições e ações voluntárias constituem o denominado “Terceiro Setor”, expressão utilizada por diferentes autores para designar as “instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem propósitos de atender o interesse público” (THOMPSON, 1997, apud MENEGASSO, 2001, p. 4), aparecendo, como o primeiro setor, o *Estado* e o segundo, as organizações do *Mercado*.

Observa-se o crescimento do denominado terceiro setor decorrente de demandas e necessidades advindas da população, das instituições e até mesmo do Estado incapaz de suportar o acúmulo de papéis.

É importante lembrar que as organizações sem fins lucrativos no Brasil, em 1916 foram reconhecidas juridicamente no Código Civil (Lei nº 3.107, de janeiro de 1916). Destaca-se novamente que as organizações do terceiro setor para fins legais são denominadas entidades sem fins lucrativos. (LANDIM, 1993, P. 74, apud MENEGASSO, 2001, p. 4)

Vale ressaltar que as grandes empresas, através de suas fundações, dispõem de capital financeiro para a realização de projetos sociais, enquanto que o mesmo não se observa nas associações e instituições sociais que, em sua maioria, necessitam formar parcerias para a execução de seus objetivos por não possuírem recursos próprios.

Entre as organizações que compõem o denominado “Terceiro Setor”, eleva-se o número de Organizações Não Governamentais (ONG’s) de assistência social, que procuram colaborar para a melhoria da qualidade de vida da população.

As ONGs caracterizam-se por serem organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado. Têm suas ações financiadas por agências de cooperação internacional, em função de projetos a serem desenvolvidos, e contam com trabalho voluntário. Atuam através da promoção social, visando a contribuir para um processo de desenvolvimento que supõe transformações estruturais da sociedade. Sua sobrevivência independe de mecanismos de mercado ou da existência de lucro. (TENÓRIO, 1999, p.11)

Entre as organizações sociais, encontram-se as Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), regulamentadas em 1999, que procuram apoio tanto das empresas do setor privado quanto do Estado, com o intuito de obter recursos humanos, materiais e financeiros para o desenvolvimento de suas atividades; contudo, enfrentam a burocracia e ausência de financiamento, pois as entidades sociais nem sempre possuem profissionais aptos para formulação de projetos de captação de recursos .

*A sustentabilidade financeira é um dos grandes desafios que as organizações do terceiro setor enfrentam. Para tanto, buscam recursos em fontes diversificadas, como governo, empresas, sociedade civil e grupos internacionais. Assim, as empresas privadas estão sendo chamadas ao exercício da denominada “Responsabilidade Social”, com vistas a contribuir em amenizar a questão social em parceria com as organizações do terceiro setor.

Segundo Batista (2000, p. 40 apud VIEIRA, 2004, p. 27), “Responsabilidade Social” é “o grau em que os administradores de uma organização realizam atividades que protejam e

melhorem a sociedade, além do exigido para atender aos interesses econômicos e técnicos da organização”.

Para o setor empresarial, a “Responsabilidade Social” pode ser considerada como o mais novo veículo de comunicação entre o público interno e externo que, direta e indiretamente, a ela está ligada.

A principal alteração percebida nas empresas que adotam a “Responsabilidade Social” em sua gestão diz respeito a sua conscientização sobre a realidade social e a adoção do princípio de cidadania. Esse despertar vem se tornando um agente de renovação e transformação das relações empresariais na cultura da empresa, no quadro funcional e, em decorrência, também uma mudança social. A “Responsabilidade Social” pode ser vista como um indutor na geração de um movimento em que as pessoas se dispõem a realizar um trabalho pelo bem estar social.

Ao colaborar com as entidades sociais, as empresas também estão utilizando a “Responsabilidade Social” como estratégia de marketing, pois a ação social promovida por elas influencia o mercado consumidor. Observa-se a preferência do consumidor na aquisição de bens e serviços de empresas ditas “socialmente responsáveis”.

Programas de cunho social, ambiental e cultural desenvolvidos pelas empresas aumentam os nichos de mercado, as vendas e a lucratividade. Atuando com “Responsabilidade Social”, a empresa torna-se mais simpática perante a opinião pública, atrai investimentos, consumidores, aumenta a participação de seus colaboradores, fazendo com que, no final, todos saiam ganhando. Na realidade, o benefício prestado à comunidade representa um investimento que gera lucros, maiores vendas, retorno financeiro e prestígio social.

Atualmente, o setor empresarial vem sendo cobrado cada vez mais pela sociedade em assumir um compromisso ético e participativo nas comunidades, visando amenizar os

problemas sociais, reduzir os riscos ambientais e contribuir com programas educacionais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Concluindo, pode-se considerar que a “Responsabilidade Social” empresarial ao mesmo tempo em que viabiliza o suporte financeiro para as ações desenvolvidas no “Terceiro Setor”, também é utilizado pelas empresas como estratégia de cunho econômico, colocando-se, portanto, como um fenômeno contraditório.

Pensando as relações entre a “Responsabilidade Social” e o Serviço Social, pode-se salientar que o assistente social deve estar atento para ampliar seu campo de atuação neste espaço, utilizando-o como campo de pesquisa, produção de conhecimento e intervenção, baseando suas ações nos saberes acumulados pela profissão.

Estando o profissional vinculado a uma organização pública, privada ou não governamental de interesse público, deve assegurar sempre o caráter político e não filantrópico das ações sociais, ou seja, buscar que os direitos de cidadania estabelecidos na Constituição Federal do Brasil possam ser garantidos e exercidos: “direitos sociais a educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (Brasil, 2001, p.11).

A intervenção profissional do Assistente Social objetiva um projeto comprometido com os interesses e necessidades emergentes, realizado através de estratégias e táticas fundamentados no Código de Ética da profissão e nos valores democráticos e humanistas da participação política (igualdade, liberdade, justiça social e valores de cidadania). É um processo de politização numa relação democrática e de respeito entre o saber profissional, institucional e político do assistente social e o saber do usuário.

O profissional do Serviço Social cada vez mais é requisitado para atuar junto ao Terceiro Setor, principalmente nas Organizações Não Governamentais. A atuação do

assistente social deve ser orientada pelo Código de Ética profissional e um consistente embasamento teórico-metodológico, que o possibilite trabalhar a questão social em suas múltiplas expressões (saúde, educação, habitação, família, violência, luta pela terra, preservação ambiental, questões trabalhistas, dentre outros), sendo ele o mediador entre as ONG's e os seus usuários.

Percebendo que a “Responsabilidade Social” vem sendo utilizada pelas empresas como estratégia de marketing, o Assistente Social que exerce a profissão nessa área deve manter uma postura crítica que lhe permita, ao mesmo tempo, cumprir seus compromissos contratuais com a empresa e atender o público alvo das ações sociais desenvolvidas pela mesma; para além dos objetivos comerciais embutidos na ação empresarial.

Deve-se considerar que o objeto de trabalho do profissional é sempre a questão social, a demanda, a necessidade que deu origem a uma intervenção profissional, nunca a pessoa em si. A intervenção profissional requer instrumentos próprios que possibilitem ao assistente social intervir em seu objeto de trabalho, entre os quais destacam-se: instrumento teórico-metodológico, que consiste no conhecimento e compreensão da realidade; saber trabalhar em equipe, devido à interdisciplinaridade das questões sociais; condições institucionais que promovam recursos financeiros, técnicos e humanos para a execução de suas atividades e, ainda, instrumental técnico-operativo, que consiste em planos, programas, projetos, entrevistas, reuniões, visitas domiciliares, observações de campo, pareceres sociais, encaminhamentos, estudos de caso e estratégias que possibilitem o atendimento das demandas.

Dentro das organizações, o profissional deve estar apto a prestar serviços de assessoria, coordenação, planejamento e consultoria. Além da necessidade de possuir habilidades interpessoais, o profissional deve ser um articulador e conhecedor tanto da realidade, quanto dos direitos humanos e sociais dos cidadãos. Ao mesmo tempo em que dele se exige uma

visão macroscópica, global, dos processos políticos e sociais que permeiam a condição humana, o mesmo deve possuir também a capacidade de intervenção e ação local.

O assistente social deve possuir uma postura crítica de investigação, que levante propostas para a obtenção dos resultados desejados e também atuar em pesquisas, análise, formulação, gestão e execução de políticas sociais. O resultado de sua ação profissional não consiste em objeto concreto porém, fornece aos usuários informação, articulação e acesso aos direitos que lhes cabem, trabalhando a subjetividade e influenciando o modo de pensar, de viver e de se posicionar diante das questões sociais.

Diante do exposto, pretende-se, com este Trabalho de Conclusão de Curso, discutir o conceito de “Terceiro Setor” e “Responsabilidade Social” na área da assistência social e a necessidade de maior participação e envolvimento das empresas privadas nas questões sociais das comunidades onde estão inseridas, considerando, também, que a “Responsabilidade Social” apresenta-se como um campo de trabalho complexo e contraditório, ainda pouco explorado pelo profissional do Serviço Social.

Objetivos.

Geral:

- Discutir o conceito de “Terceiro Setor” e “Responsabilidade Social”; o caráter da participação e envolvimento das empresas privadas nas questões sociais das comunidades onde estão inseridas.

Específicos:

- Abordar as formas de organizações, conforme conceito e legislação;

- Apresentar a Sociedade Alfa Gente, uma ONG pertencente ao denominado “Terceiro Setor”.

Metodologia

A realização de um trabalho científico necessita de uma metodologia que dê embasamento teórico à pesquisa realizada, de modo que os objetivos propostos sejam alcançados.

O trabalho que se apresenta baseou-se na combinação de dois planos de análise. O primeiro teve como fundamento o processo teórico-metodológico e, o segundo, o processo de pesquisa documental e empírica da Sociedade Alfa Gente, sendo as técnicas empregadas de caráter qualitativo.

A pesquisa empírica, com dados primários diretos da fonte através de memória oral foi realizada por meio de entrevista aberta, com registro histórico desde o surgimento da instituição, com seus principais eventos de crescimento até os dias atuais.

O referencial teórico apresentado nessa monografia, baseou-se em pesquisa bibliográfica sobre Responsabilidade Social e Terceiro Setor, apresentados em dois capítulos, privilegiando entre outros, autores como Andrade, Frasson, Menegasso, Salamon e Tenório.

Segundo Lakatos e Marconi (1991. p.183),

✓ A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação orais: rádios, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre um determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos de alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Nos limites de um trabalho de conclusão de curso, foi revista a bibliografia principal sobre o tema em questão. Além de pesquisa documental da Sociedade Alfa Gente, realizaram-se também, duas entrevistas não estruturadas com diretores e coordenadores da organização de modo a preencher as lacunas de informação.

Organização do Trabalho

A Introdução apresenta o assunto a ser abordado, a relação do tema com o Serviço Social, o interesse pelo assunto e o tipo de pesquisa utilizada, bem como os objetivos geral e específicos.

O Primeiro capítulo compõe-se de uma discussão teórica sobre o “Terceiro Setor”, sobre “Responsabilidade Social” e sobre “Organizações”.

O Segundo capítulo focaliza a Sociedade Alfa Gente, seu histórico, estrutura organizacional, sua atuação na comunidade, além de discutir a importância da captação de recursos para as organizações sem fins lucrativos e apresentar os aspectos relacionados à experiência de estágio da autora nessa organização.

Para finalizar, são apresentadas algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido, salientando a importância da participação de empresas privadas nos programas sociais das comunidades onde estão inseridas.

CAPÍTULO 1 - “TERCEIRO SETOR” E “RESPONSABILIDADE SOCIAL”

Pretende-se, neste capítulo, apresentar um breve histórico sobre o “Terceiro Setor”, classificar os tipos de “Organizações” e comentar o conceito de “Responsabilidade Social Empresarial”.

1.1 Contextualização do “Terceiro Setor”

O conceito de “Terceiro Setor” é um conceito emergente das últimas três décadas e, segundo Fernandes (1997, p.24), trata-se de uma expressão traduzida do inglês “Third Sector”, e faz parte do vocabulário sociológico corrente nos Estados Unidos, juntamente com duas outras expressões. A primeira, “Nonprofit Organizations”, ou “Organizações Sem Fins Lucrativos”, que se referem às instituições cujos benefícios financeiros não podem ser distribuídos entre seus diretores e associados e a segunda, “Voluntary Organizations”, ou “organizações voluntárias”, que são aquelas provenientes de um puro ato de vontade de seus fundadores e que estariam complementando as primeiras.

Ainda, segundo Fernandes (1997, p. 27), o “Terceiro Setor” é representado por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela iniciativa e participação voluntária da sociedade civil, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato.

Para Lester Salamon (1997, p. 93), trata-se de um conjunto de entidades que compartilham, pelo menos cinco características essenciais: 1) são, em grande parte, organizadas e institucionalizadas; 2) são privadas, ou seja, institucionalmente separadas do governo; 3) não são distribuidoras de lucro; 4) são auto-gerenciadas; 5) são, em grande parte,

voluntárias. Além disso, a grande maioria compartilha o seu caráter não religioso e não político-partidário.

As organizações do Terceiro Setor visam a melhoria das condições de vida de uma comunidade ou grupos sociais, trabalhando questões ligadas às diversas áreas, como saúde, educação, moradia, preservação do meio-ambiente e outras. Ao Estado interessa a existência desse tipo de organização e, além de não interferir diretamente em seu funcionamento, incentiva a sua criação através de benefícios fiscais.

Cabe lembrar que segundo Menegasso (2001), o denominado “Primeiro Setor” é representado pelo Estado e pelas instituições governamentais que caracterizam o espaço e o serviço público, constituindo-se em pessoa jurídica de direito público.

O chamado “Segundo Setor” é representado pelo Mercado que pertence ao espaço jurídico de direito privado, caracterizando-se pelo comércio, ou atividades mercantis que visam o lucro.

Já o chamado “Terceiro Setor” nasce no espaço da Sociedade Civil Organizada, com instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem propósitos de interesse público.

O termo “Sociedade Civil” refere-se às relações dos cidadãos entre si, reguladas por normas do direito Civil dentro da sociedade.

Para discutir o tema “Sociedade Civil”, é interessante colocar uma citação referente ao tema que foi abordado no seminário “Gramsci, 60 anos depois” realizado na cidade de Juiz de Fora (MG) entre os dias 26 e 28 de novembro de 1997

Também no Brasil, a categoria de sociedade civil se tornou o pilar da maré neoliberal e invadiu até o universo cultural da esquerda, bastante fascinada em nossos dias pelo tema dos "direitos de cidadania". Em Gramsci, como se sabe, há sempre a defesa da dialética de unidade/distinção entre estrutura e superestrutura, economia, política e cultura, sociedade civil e Estado. Somente neste sentido se pode afirmar o primado da sociedade civil, isto é, o primado

daquele âmbito societal que surge como o *locus* em que se organiza a subjetividade e se dá o choque de hegemonias ideológicas, aquele âmbito que expressa uma dada economia, que é parte integrante do processo global de produção/reprodução das relações de classe. Por isto, os sujeitos sociais se candidatam ao domínio e à hegemonia na medida em que "se tomam Estado". Sem Estado (sem uma ligação com o Estado e sem uma perspectiva de Estado), não há sociedade civil digna de atenção, menos ainda associada ao universo gramsciano: sem Estado não pode haver hegemonia.

Nada há de mais estranho a Gramsci (pode dizer-se: ao marxismo) do que uma concepção de "sociedade civil" maniqueisticamente pensada como o oposto virtuoso do Estado, como o reino vazio de política, em que os interesses (os movimentos sociais, as associações, as lutas pelos direitos) vivem em completa liberdade e em completa liberdade conseguem subverter o sistema da ordem. Uma sociedade civil sem Estado é uma verdadeira "selva" em que coexistem interesses fechados em si, não "comunicantes" e refratários aos "controles" da comunidade política (situação na qual se prolongaria imensamente a não-resolução do problema de saber quem equilibra os interesses, protege os mais fracos e garante direitos e conquistas; situação em que já não mais existe a possibilidade de uma nova hegemonia, em que "público" é somente a soma de direitos individuais/grupais categoricamente afirmados, vale dizer, afirmados sem a recíproca afirmação dos deveres (LIGUORI e FINELLI, 1997, n.p.)

No uso que se tornou corrente no Brasil:

Fala-se hoje das "organizações da sociedade civil" (OSCs) como um conjunto que, por suas características, distingue-se não apenas do Estado, mas, também, do mercado. Recuperada no contexto das lutas pela democratização, a idéia de "Sociedade Civil" serviu para destacar um espaço próprio, não governamental, de participação nas causas coletivas. Nela e por ela, indivíduos e instituições particulares exerceriam a sua cidadania, de forma direta e autônoma. Estar na Sociedade Civil implicaria um sentido de pertença cidadã, com seus direitos e deveres, num plano simbólico que é logicamente anterior ao obtido pelo pertencimento político, dado pela mediação dos órgãos de governo. Marcando um espaço de integração cidadã, a "Sociedade Civil" distingue-se pois do Estado, mas caracterizando-se pela promoção de interesses coletivos, diferencia-se também da lógica do mercado. Forma, por assim dizer, um "terceiro setor. (WOLFE, 1992, apud FERNANDES 1997, p.27)

O chamado "Terceiro Setor" não atende somente as necessidades da Sociedade Civil, mas, indiretamente, atende também aos ditames do Banco Mundial no que diz respeito à complementaridade entre Estado e mercado para a execução das funções públicas. Segundo Simionatto (2002, p. 04):

Tal orientação fortalece o papel compensatório das políticas públicas, retirando o seu caráter universal e assumindo uma perspectiva focalista, na medida em que visa atender os segmentos populacionais mais vulneráveis. Essa lógica do Banco Mundial decorre das teses relativas à ineficiência das políticas sociais e da sua incidência nos estratos de maior renda, cabendo aos governos corrigir tais desequilíbrios.

Inclui, também, a participação de provedores privados nas atividades até então reservadas ao setor público, o que tem levado os países a investirem em políticas de saúde, educação e assistência aos segmentos mais pauperizados. Invoca, aqui, o Banco Mundial a necessidade de buscar a participação das empresas, dos trabalhadores, das instituições e dos grupos comunitários para o desenvolvimento das ações públicas. Afirma, ainda, que muitos países em desenvolvimento, que desejam reduzir a magnitude de seu desmesurado setor estatal, devem conceder prioridade máxima à privatização [...] Sob o discurso da transparência, afirma a necessidade de processos consultivos, que conferem à sociedade civil, incluindo sindicatos e empresas privadas, a oportunidade de participação e controle das ações governamentais. É nesse bojo que se inscreve a descentralização [...] Os mecanismos de participação estão assentado na formação de conselhos deliberativos e comitês populares, a fim de conhecer seus pontos de vista e preferências, estimulando, quando possível, a participação direta dos usuários.

Para Fernandes (1997, p. 25), a lei inglesa tradicionalista usa uma expressão mais antiga para designar o “Terceiro Setor”. Fala de “*caridades*” (*charities*), o que remete à memória religiosa medieval e enfatiza o aspecto da doação (de si, para o outro), que caracteriza boa parte das relações idealizadas nesse campo. A noção de filantropia também aparece com frequência na literatura anglo-saxã.

Da Europa, vem o predomínio da expressão “Organizações Não Governamentais” (ONGs), cuja origem está na nomenclatura do sistema de representações das Nações Unidas. Chamou-se assim às organizações internacionais que, embora não representassem governos, pareciam significativas o bastante para justificar uma presença formal na ONU. O Conselho Mundial de Igrejas e a Organização Internacional do Trabalho eram exemplos em pauta. (FERNANDES, 1997, p. 26)

Segundo Fernandes (1997, p. 27), o termo “ONG”, no Brasil, está mais associado a um “tipo particular de organização que surgiu a partir da década de 1970, dentro de um sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento, em um período autoritário de exacerbação dos embates ideológicos globais, adquirindo um aspecto mais político de suas ações”.

De acordo com Fernando Tenório (1999, p.11), as ONGs podem ser definidas como organizações sem fins lucrativos, com objetivos específicos em áreas de atuação distintas; são autônomas, ou seja, sem nenhum vínculo com o Estado, mas que se revestem

de caráter público na medida em que se dedicam à causas e problemas sociais e, apesar de serem sociedades civis privadas, não têm como objetivo o lucro, mas, sim, o atendimento das necessidades da sociedade. Suas ações são eventualmente financiadas por agências de cooperação internacional em função dos projetos a serem desenvolvidos, e contam com o trabalho voluntário.

Esse tipo de organização pode atuar em várias atividades, abrangendo as áreas da saúde, assistência social, economia, meio-ambiente e outras, em âmbito municipal, estadual, nacional e até mesmo internacional.

Atualmente, as ONGs estão inscritas num cenário marcado, principalmente, pela globalização econômica, exclusão social, agravamento das questões sociais e, sobretudo, minimização estatal, em que o Estado vem gradativamente ausentando-se de suas responsabilidades.

Para fazer frente a esse cenário, a sociedade civil vem assumindo, cada vez mais, a responsabilidade pelo bem-estar coletivo através do chamado “Terceiro Setor”, que busca contrabalançar as ações entre “Estado” e “Mercado”, ressaltando que seu objetivo não é substituir o papel do Estado como formulador e executor de políticas públicas, mas complementá-lo nessas ações.

O chamado “Terceiro Setor” pode ser considerado como parte do projeto de uma “nova ordem social”, que surgiu a partir da falência do Estado de Bem Estar Social dos países desenvolvidos e Estado protetor nos países em vias de desenvolvimento, que apresentava o governo como o principal provedor de serviços sociais.

O “Terceiro Setor” reúne em si um conjunto de organizações da sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos e envolve a ação de sujeitos sociais diversos: diferentes entre si e muitas vezes antagônicos, como a filantropia, os movimentos sociais, as

associações comunitárias e outros. Nesse conjunto complexo, as “ONGs” se configuram como uma facção relevante pertinente ao “Terceiro Setor”.

Como o trabalho desenvolvido por essas organizações, em sua grande maioria, retrata atividades de assistência social, cabe, aqui, um breve comentário a respeito.

O trabalho de assistência social, no Brasil, tem suas origens remotas na Igreja católica. As ações das entidades ligadas à igreja, praticamente desde a chegada dos portugueses no Brasil, estavam demasiadamente carregadas com o conceito de benemerência (CASTRO apud ANDRADE, 2002, p.28), e, durante mais de três séculos, a filantropia foi desenvolvida sob a lógica da prática assistencialista. A tradição religiosa está ligada com os principais propósitos de ajuda ao próximo, o repartir e a preocupação social.

Conforme Costa e Visconti (2001, p. 06), as Santas Casas são exemplos clássicos dessa tradição; em comunhão com as irmandades e ordens terceiras, constituíram as primeiras redes de serviços assistenciais. Com o suporte do Estado, a igreja era responsável pela maior parte das entidades que prestavam algum tipo de assistência às comunidades carentes, sendo que, durante todo o período colonial até o início do século XIX, predominou a associação entre Estado e Igreja Católica no atendimento e assistência das carências sociais.

A partir do século XX, outras religiões que entendiam a caridade como uma atividade indissociável da prática religiosa, passaram a promover a formação de organizações nos moldes já praticados pelos católicos, dividindo, assim, com a Igreja Católica, a parceria com fins filantrópicos entre esta e o Estado. No período republicano, muitas mudanças ocorreram no relacionamento entre Estado e Igreja. Não somente novas instituições passaram a executar funções até então limitadas ao raio de atuação destes atores mais tradicionais, como também a modernização da sociedade, fruto da industrialização e da urbanização, suscitava o aparecimento de novas e mais complexas necessidades sociais na população. Na década de 30, então, várias entidades da sociedade civil passaram a se formar, muitas das quais atreladas ao Estado (COSTA e VISCONTI, 2001, p.7).

Através do decreto 119-A de 07, de janeiro de 1890, ocorreu a separação entre Igreja e Estado, passando este a assumir a função social e, a Igreja desempenhando suas ações em menor escala.

As mudanças institucionais e políticas ocorridas até as primeiras décadas do século XX, corresponderam aos interesses dos grupos dominantes representados pelos grandes fazendeiros e pela Igreja.

Em 1916, o Código Civil Brasileiro legitimou o papel social exercido pela igreja e pelas organizações sem fins lucrativos formadas pela sociedade civil, distinguindo as organizações com e sem fins lucrativos. A partir desse evento, as instituições legalmente registradas como sociedades civis sem fins lucrativos, ou como fundações, passam a ser reconhecidas juridicamente.

Assim, o artigo 16 do Código Civil, de 1916, passa a distinguir como pessoas jurídicas de direito privado:

I- As sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações;

II- As sociedades mercantis.

Segundo Jucá (2003, n.p.), o Estado, ao longo de sua evolução, foi levado a rever, mais de uma vez, sua forma de intervenção social através de processos de reforma e contra-reforma, que ora o conduzia à centralização administrativa, de cunho intervencionista, ora adquiria uma tendência descentralizadora, marcada pela flexibilização da estrutura administrativa, com a redução do tamanho do Estado.

O modelo de Estado modesto começa a decair após a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, ruindo definitivamente na década de 30 do século passado. Isso porque o mercado livre e a inexistência de uma política social levaram as economias capitalistas à insuficiência de demanda agregada, ensejando uma crise generalizada, que abriu espaço para a emergência do *Estado Social-Burocrático*, de cunho intervencionista [...] surgiram, nessa nova realidade, o Estado do Bem-Estar-Social (*Welfare State*), nos países desenvolvidos, em especial na Europa; o Estado Desenvolvimentista e protecionista nos países em desenvolvimento do chamado Terceiro Mundo e os Estado Comunistas do Bloco Soviético. (JUCÁ, 2003, n.p.)

A primeira experiência efetiva de reforma do Estado brasileiro deu-se a partir de 1930, momento marcado por profundas mudanças devido ao processo de industrialização nacional.

Em 1938, Getúlio Vargas criou o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), que reunia as organizações consideradas de utilidade pública, concedendo-lhes isenções fiscais. Assim, essas organizações prestadoras de serviços públicos sem fins lucrativos receberam o apoio governamental e colaboraram para manter a ordem social.

Desde o final da II Guerra Mundial, o mundo passou pelas mais profundas transformações de sua história. Assistimos à emergência de novos centros de poder econômico e político, à revolução nas comunicações, ao aumento de produtividade industrial e agrícola, assim como da urbanização. Este mesmo desenvolvimento produziu o aumento da pobreza, da violência, de doenças e da poluição ambiental, além de conflitos religiosos, étnicos, sociais e políticos. (TENÓRIO, 1999, p.11)

Durante a ditadura militar iniciada em 1964, surgiram, no Brasil, movimentos contestatórios, dando origem às primeiras associações denominadas “organizações não-governamentais” (ONGs).

Em primeiro lugar, as ONGs representavam formas de ação política, que se opunham ao autoritarismo. Havia surgido em um contexto de regimes militares, como alternativa ao fechamento do sistema político e seu principal propósito era o de manter espaços de ação cidadã e de defesa de certos valores democráticos. Tinham um caráter transitório, devido àquele momento histórico cuja tendência seria a de desaparecer, quando fosse retomada a democracia e, com ela, as formas tradicionais de representação e participação, tais como os partidos políticos e os sindicatos [...] destinavam-se a favorecer a participação dos excluídos, dotadas de uma forte identificação com os setores populares, as “bases” sociais (THOMPSON, 1997, P.43).

O termo “ONG”, que designa independência e ocupação do espaço público por organizações que não pertencem ao governo, de acordo com Frasson (2001, p. 21), foi criada pela ONU (Organização das Nações Unidas), na década de 40, para definir as instituições não oficiais que estariam aptas ao recebimento de recursos financeiros para fins de execução de projetos que objetivavam interesses sociais, sendo que as ONGs surgidas na década de 70 eram, na sua maioria, financiadas por outras ONGs internacionais, que contestavam os sistemas de governo totalitários e intolerantes como o que se apresentava no Brasil. Durante o regime militar, a atuação das ONGs foi tão significativa que esse período foi considerado o marco do “Terceiro Setor”, no Brasil, e o termo “não-governamental” é utilizado até os dias atuais, designando as organizações formadas pela sociedade civil.

Não há, no direito brasileiro, qualquer designação de ONG, não há uma espécie de sociedade definida em lei chamada ONG, no Brasil, mas um reconhecimento supra legal de cunho cultural, político e sociológico que está em vigor mundo afora [...] As regras da maior parte dessas organizações são internas, dispostas em estatutos, o que lhes dá cunho institucional distinto da natureza meramente contratual das sociedades de responsabilidade limitada. (ROSA et al, 2003, p. 31).

Segundo Tenório (1999, p.12), as Organizações Não Governamentais, inicialmente, possuíam caráter assistencialista, pois eram ligadas a grupos religiosos e, com o passar do tempo, se diversificaram, passando a adotar como estratégia a ação localizada de pequenas proporções, com o intuito de, em longo prazo, multiplicar as ações desenvolvidas através da formação de novos atores sociais sem, no entanto, pretender substituir a ação do Estado, mas rediscutir seu papel numa perspectiva de participação cidadã no processo de redemocratização.

Segundo Bresser Pereira (1997, p.7), o Estado, durante os anos de 1930 a 1960, representou um fator de desenvolvimento, observando-se um período de prosperidade econômica e aumento dos padrões de vida sem precedentes na história da humanidade.

Porém, a partir dos anos 70, devido ao crescimento desordenado e ao processo de globalização, o Estado entrou em crise e se transformou na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação dos índices de desemprego e aumento das taxas de inflação. Aos poucos, tornou-se incapaz de desenvolver a contento todas as atividades que havia implementado, conduzindo, na década de 90, a um movimento geral de reformas.

As reformas econômicas orientadas para o mercado foram uma resposta à crise do capitalismo, verificada nos anos 70, em que as tendências neoliberais julgavam que teriam como resultado o Estado mínimo. No entanto, quando, nos anos 90, se verificou a inviabilidade da proposta conservadora de Estado mínimo, essas reformas foram implementadas sob a idéia de “Modernização do Estado”.

O desmonte do Estado através dos processos de “privatização” das empresas estatais, “terceirização” e “publicização” dos serviços públicos fez parte do projeto neoliberal em nível internacional, sendo adotado, no Brasil, pelos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso. A ideologia liberal propõe o “ideal de Estado mínimo”, com a redução dos gastos públicos, principalmente na área social.

A reforma do Estado dos anos 90, que levaria o Brasil ao Estado Social-Liberal do século XXI, envolveria quatro componentes ou processos básicos:

- a) a delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, terceirização e “publicização” (este último processo implicando na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos pertinentes ao Estado);
- b) a redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulamentação, aumentando os mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade de competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional;

c) o aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, através do ajuste fiscal (devolvendo autonomia financeira ao Estado), da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial (ao invés de burocrática), e a separação, dentro do Estado, das atividades exclusivas do Estado, compreendendo a formulação e execução de políticas públicas;

d) o aumento da governabilidade, ou seja, do poder e legitimidade do governo, através de instituições políticas que garantam a intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta.” (Pereira, 1997 p.18)

Na realidade, o que pode ser observado na reforma do Estado são alterações na legislação através de medidas provisórias que desrespeitam e reduzem os direitos sociais garantidos na Constituição de 1988, bem como a introdução de uma cultura e de práticas gerenciais na administração pública com cortes nas políticas públicas, especialmente na área da seguridade social (previdência, saúde e assistência).

A formulação das políticas sociais desconsidera o âmbito universal e o contexto de cidadania, em que o cidadão de direito se transforma em cidadão cliente ou apenas em um público de pobres e indigentes. Os processos de privatização das empresas estatais, que aumentou consideravelmente o nível de desemprego e os de terceirização e publicização, repassam para o mercado e para a sociedade civil a responsabilidade de setores, como saúde, educação, ensino superior, pesquisa científica, cultura, preservação do meio ambiente e outros.

Com a nova dinâmica do capitalismo internacional, integram-se as economias e os mercados, fazendo com que a globalização promova o rompimento de barreiras, o acirramento da competição e o aumento da concentração de renda. Nesse contexto, se evidencia não apenas uma crise dos “Estados Nacionais”, mas, também, do próprio funcionamento das Instituições Estatais.

Nesse novo contexto, de economia globalizada, de intensa competição e reorganização da produção em escala mundial, a crise do Estado acabou por se configurar em três diferentes vertentes: crise fiscal, caracterizada pela crescente perda de crédito por parte do Estado e pela poupança negativa, tornando-o incapaz de realizar as políticas públicas; a crise do modo estatizante de intervenção do Estado, o que significa o esgotamento do Welfare State e dos países comunistas; e crise do modelo burocrático de gestão pública, marcado pelos altos custos e baixa qualidade dos serviços públicos (JUCÁ, 2004, n.p.).

Com a necessidade de redefinição do papel do Estado na organização social, são transferidas à sociedade civil organizada certas atividades de interesse público, concedendo às entidades filantrópicas subsídios fiscais e repasse orçamentário através de subvenção social. O Estado reduziu seu papel de executor ou prestador direto de serviços, para executar o papel de fomentador, controlador e coordenador da atuação social, e assim regular, induzir e mobilizar os agentes econômicos e sociais, como também promover a coordenação estratégica de desenvolvimento, a integração regional e a inserção da economia no mercado internacional, tentando, assim, evitar a precarização dos serviços públicos e o aumento da exclusão social.

Uma das primeiras alternativas apontadas para a superação da crise do Estado foi o estabelecimento de parcerias entre o setor público e o privado, conduzindo ao crescimento do chamado “setor público não-estatal”. Segundo Bresser Pereira (1997, apud JUCÁ, 2003, n.p.), outra forma de conceber a reforma do Estado é entendê-la como um processo de criação e transformação de instituições, com o intuito de solucionar os problemas de governabilidade e governança, dois conceitos de extrema importância dentro da lógica da reforma, uma vez que correspondem às dimensões política e administrativa da mesma. O “setor público não-estatal” é formado pelas organizações privadas que prestam serviços públicos, porém não pertencem ao Estado, tal como ocorre no processo de publicização.

[...], é no terceiro setor do aparelho do Estado que entram em cena as Organizações Sociais, através do Programa Nacional de Publicização criado pelo

Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), onde “transfere-se para o setor público não-estatal, o denominado terceiro setor, a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos do Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e Sociedade para seu funcionamento e controle”(BRASIL, 1998, p.9). [...] As discussões predominantes na década de 1980 envolvendo a governabilidade, o “poder para governar” (BRASIL, 1995, p. 3), tem dado lugar aos aspectos relativos à governança, definida como “a capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas de maneira conjugada com a sociedade” (Brasil, 1998, p.9). Diante disso, o aumento da governança constitui o principal objetivo da reforma do aparelho do Estado (FRASSON, 2001 p.31).

A Reforma do Estado, do ponto de vista da governabilidade, envolve a criação de mecanismos de responsabilização (accountability) por parte dos políticos, burocratas e gestores públicos em geral, pelo resultado de suas ações, devendo os mesmos prestar contas, assumindo responsabilidades perante os cidadãos.

Como já comentado, nos anos 70, houve o fortalecimento da sociedade civil e esse período foi considerado o embrião do “Terceiro Setor”. Com a passagem do governo militar para a consolidação democrática do país, abriu-se espaço para uma atuação mais efetiva das ONGs, cujo número elevou-se rapidamente em face do crescimento das dificuldades sociais e econômicas experimentadas pelo Brasil. Nessa época, a aprovação da nova Constituição (1988) introduziu novos direitos socioeconômicos. Houve, também, a expansão dos direitos de cidadania política e o estabelecimento dos princípios de descentralização na promoção das políticas sociais. Esses fatos criaram novas demandas e espaços de atuação institucional para as ONGs.

Segundo Daniel Oiticica (Rio de Janeiro, 2002, n.p.) “Não existem números que definam o total de ONGs existentes no Brasil. A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), é a entidade que congrega o maior número delas, 251 mil, a maioria criada nos últimos 16 anos”.

Se, por um lado, houve o aumento do número de ONGs no contexto nacional, houve, também, o redirecionamento dos recursos externos provenientes das agências internacionais de cooperação e desenvolvimento, que passaram a contemplar países menos desenvolvidos ou envolvidos em graves conflitos, como aqueles localizados no continente africano, asiático e região do leste europeu.

Também a disputa por financiamento de projetos fez com que as grandes agências passassem a selecionar as organizações apoiadas através de critérios de “eficiência”, “eficácia”, “efetividade”, avaliação e prestação de contas.

Segundo Tenório (1999, p.18-20), “eficiência” é a melhor forma de fazer algo com os recursos disponíveis. Representa a otimização dos recursos financeiros, materiais e humanos em relação às atividades e resultados que se pretende atingir. “Eficácia” corresponde à capacidade de fazer o que deve ser feito, isto é, cumprir o objetivo determinado. “Efetividade” refere-se à capacidade de atender às expectativas da sociedade.

Surge, então, a necessidade de capacitação institucional e de qualificação profissional na gestão organizacional e de recursos, sendo essas áreas pouco prestigiadas até então devido ao fato dessas organizações estarem sempre voltadas às questões pontuais e filantrópicas.

Em março de 1999, foi promulgada a lei 9.790, também conhecida como “novo marco legal do terceiro setor”, pois introduziu novos critérios de classificação para as entidades sem fins lucrativos de caráter público. Também reconheceu outras áreas de atuação social, antes não contempladas legalmente, e a possibilidade de remuneração de dirigentes das instituições sem fins lucrativos. A nova lei criou a figura da “Organização da

Sociedade Civil de Interesse Público” (OSCIP). Para serem qualificadas como tais, as associações devem atender aos objetivos sociais e às normas estatutárias previstas na Lei, como possuir Declaração de Utilidade Pública Federal, fornecida pelo Ministério da Justiça e Certificado de Entidade de Assistência Social, fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS.

Podem ser qualificadas como OSCIP as organizações que realizam assistência social, atividades culturais, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, educação e saúde gratuita, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do voluntariado, dentre outras. Dessa maneira, admitindo a existência de entidades de direito privado com objetivo público, foram excluídas da composição do terceiro setor, para efeitos legais, as instituições estatais, as organizações de mercado, as cooperativas, as organizações sindicais, as entidades representativas de profissão ou partido político, os fundos de previdência e de pensão e as instituições vinculadas a igrejas ou práticas devocionais, com exceção daquelas que visam apenas o bem comum (COSTA e VISCONTI, 2001, p. 11).

O Marco Legal do Terceiro Setor atualizado de acordo com o novo Código Civil – Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 apresenta as principais mudanças e vantagens propostas para as associações civis que optem por sua transformação em OSCIP pela Lei nº 9.790/99:

1-Profissionalização. Com a possibilidade de contratar administradores, contadores, psicólogos e quaisquer profissionais necessários para a realização de suas atividades, promove-se a profissionalização com vistas a maximizar os resultados do trabalho;

2-Possibilidade de remuneração dos dirigentes;

3-Abrangência institucional. Ampliação da finalidade de assistência social, educação e saúde para: promoção da cultura, da defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, da educação gratuita, da saúde gratuita, da segurança alimentar e nutricional, da defesa, preservação e conservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, do voluntariado, do desenvolvimento econômico e social e do combate a pobreza, dos direitos estabelecidos e da construção de novos direitos, da ética, da paz, da cidadania, da democracia e de outros valores universais, bem como as que se dedicam à experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito (como o microcrédito) e aos estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito a todas essas atividades;

4-Processo de qualificação: diferenciação no universo do Terceiro Setor, das organizações que efetivamente têm finalidade pública. A qualificação de OSCIP acolhe e reconhece legalmente as organizações da sociedade civil cuja atuação dá-se no espaço público não estatal.

5-Mecanismos de planejamento, avaliação e controle dos projetos que envolvem recursos públicos (gestão estratégica); nova modalidade de parceria com o poder público (termo de parceria);

6-Acesso a recursos públicos: menos burocrático e com maior controle social;

7-Benefício da isenção de Imposto de Renda nos moldes antes somente obtido com o Certificado de Utilidade Pública Federal, mesmo remunerando dirigentes e profissionais contratados à atividade-fim;

8-Possibilidade de receber como doação bens apreendidos pela Receita Federal e Polícia Federal;

9-Possibilidade de utilização de bens de propriedade da União, nos termos da lei (Decreto nº 4.507/02);

10-Possibilidade de receber recursos oriundos de pessoas jurídicas, deduzidos do pagamento de imposto de renda (ROSA et. al 2003, p.33).

Além de revisão jurídica e institucional, o “Terceiro Setor” a partir da década de 1990 passou a contar com um novo aliado através do setor empresarial, atuando de forma organizada nos programas e projetos sociais com suas fundações e seus institutos, promovendo parcerias e apoiando as instituições sociais com recursos financeiros e materiais.

De acordo com a Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS), o Mercado, que antes mostrava-se indiferente às questões de interesse público, começa a adotar a noção de responsabilidade social passando a ver nas organizações sem fins lucrativos canais para concretizar o investimento do setor privado empresarial nas áreas social, ambiental e cultural. O conceito de “Terceiro Setor” começa a se ampliar para além do círculo das ONGs, valorizando outros atores e serviços como filantropia empresarial, as associações beneficentes e recreativas, as iniciativas das igrejas e o trabalho voluntário.

Estabelece-se, assim, a tendência de modernização e necessidade do aumento da capacitação profissional através de cursos de gestão, planejamento e marketing para as instituições integrantes do setor, que passam a adquirir maior credibilidade através da melhoria dos serviços prestados, transparência de ação e avaliação de resultados.

O tópico a seguir apresentará a classificação de algumas entidades no universo das organizações.

1.2 Conceituando Organizações

Segundo Tenório (1999, p.17), organização é o grupamento de pessoas, recursos, dinheiro, equipamentos, materiais, informações e tecnologia, com o objetivo de produzir bens e/ou prestar serviços”.

Para Maximiano (1992, n. p.), organização é uma combinação de esforços individuais que têm por finalidade realizar propósitos coletivos. Por meio de uma organização, torna-se possível perseguir e alcançar objetivos que seriam inatingíveis para uma pessoa”.

Segundo Robbins (2000, p. 31), organização é um arranjo sistemático de duas ou mais pessoas que cumprem papéis formais e compartilham um propósito comum. Possui três características que a definem:

- a) Há um propósito distinto, normalmente expresso em termos de metas;
- b) É composta de pessoas ou membros;

c) Todas as organizações desenvolvem uma estrutura sistemática, que define papéis formais e limita o comportamento de seus membros. Essa estrutura pode ser definida através da criação de regras, regulamentos, formação de equipes, identificação de líderes formais com autoridade sobre outros membros, e descrição de cargos, de modo que todos saibam o seu papel na organização.

Sintetizando, o termo “organização” refere-se então a uma entidade que tem um propósito distinto, inclui pessoas ou membros e tem uma estrutura sistemática, e elas existem, porque são mais eficientes do que indivíduos agindo independentemente.

Pode-se afirmar que a organização é uma forma de ação coletiva e que não existe razão para considerá-la a priori como uma forma de ação de segunda categoria em relação ao sujeito. Onde a organização realiza uma ação, e uma realização concreta, da mesma forma como esta seria para o indivíduo. Existe, entretanto, uma diferenciação entre os dois. Enquanto que no primeiro caso esta ação implica um a estabilização das relações de poder num contexto organizacional- logo entre numerosas subjetividades- no segundo caso trata-se de uma subjetividade única. Encontra-se esta idéia na linguagem ordinária da teoria das organizações. A definição comum das organizações enquanto entidades formais e orientadas para fins precisos reconhece na sua dinâmica a natureza contingente da organização. O que frequentemente é problemático com este gênero de definições é que elas são construídas de tal maneira que elas aceitam esta hipótese.” (CLEGG, 1993, p.49)

Segundo Menegasso (2000, p. 3), organização representa um espaço de produção de bens e serviços, sendo que se aplica esse conceito às organizações privadas, públicas e sem fins lucrativos.

As organizações privadas são destinadas à produção e/ou comercialização de bens e serviços, inseridas nas leis de mercado regidas por códigos comerciais com finalidade lucrativa. Seu principal objetivo é o lucro, que manterá a empresa funcionando,

possibilitando a expansão do negócio. Uma empresa pode ser organizada de diversas formas, dependendo da maneira como o capital se divide entre os proprietários.

As pequenas e médias empresas se organizam na forma de sociedade por cotas, com responsabilidade limitada ou sob a forma de sociedades anônimas de capital fechado. As grandes empresas organizam-se geralmente na forma de sociedades anônimas de capital aberto, com ações livremente negociáveis na bolsa de valores.

Organizações públicas governamentais são instituições sem fins lucrativos pertencentes ao Estado, prestadoras de serviço a toda a sociedade, que surgem do Poder Executivo (federal, estadual e municipal) cuja missão é a execução das políticas públicas normatizadas a partir de marcos legais (Constituição, leis e regulamentos).

As Organizações Sem Fins Lucrativos compreendem todas as atividades realizadas pelo setor privado sem vinculação direta com o Estado que não objetivam o lucro. Aparecem como novos atores sociais, localizando suas atuações entre Estado e Mercado. Há um universo de organizações sem fins lucrativos dedicado às ações sociais de interesse geral. Nesse sentido, destacam-se as principais categorias que compõem o Terceiro Setor no Brasil:

Categoria	Principais características
1. Associações	São organizações baseadas num contrato livremente estabelecido entre indivíduos para exercer atividades comuns ou defender interesses comuns. São inúmeras as formas organizativas que assumem as associações, variando desde associações de bairro ou associações de pequenos produtores rurais passando por clubes de mães e associações recreativas.
2. Organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade	São organizações voltadas para seus clientes na promoção de assistência social (abrigos, orfanatos, centros de indigentes, distribuição de roupa e comida etc) e de serviços sociais na área de saúde e educação (colégios religiosos, universidades e hospitais religiosos). Também se inclui nesta categoria a filantropia empresarial. Embora estas organizações sejam classificadas como associações no Código Civil Brasileiro, o que as diferencia daquelas são seus valores intrínsecos de altruísmo, boa vontade e serviço à comunidade.

3. Organizações não-governamentais (ONGs)	<p>São organizações comprometidas com a sociedade civil, movimentos sociais e transformação social. Embora também estejam classificadas como associações no Código Civil Brasileiro, diferenciam-se delas por estarem raramente voltadas para seus próprios membros e estarem sobretudo orientadas para “terceiros”, ou seja, para objetivos outros que não os interesses imediatos dos membros que as compõem. Também se diferenciam das organizações filantrópicas – e isto é questão de honra para as ONGs – por não exercerem qualquer tipo de prática de caridade, o que seria contrário à sua idéia de construção de autonomia, igualdade e participação dos grupos populares.</p>
4. Fundações	<p>Instituições sem finalidade lucrativa, destinadas à prestação de serviços à coletividade. São criadas por meio da constituição de um patrimônio – por doação ou testamento - que é próprio e independente de indivíduos. Esse patrimônio é doado através de escritura pública ou testamento. Caso queira, o doador (pessoa física ou empresa), pode especificar a destinação de seus bens, que virão, dessa forma, constituir a fundação. Se isso não ocorrer e a fundação não tiver, desde o início, suas normas estabelecidas pelo doador, o Ministério Público do Estado irá fazê-lo, através da Curadoria da Fundações. As fundações podem ser públicas ou privadas. No caso de serem públicas, o Estado assume o papel que geralmente é reservado a pessoas físicas e empresas e doa parte de seu patrimônio para fins de utilidade pública. No caso de serem privadas, podem ser constituídas para fins diversos. Atualmente é muito comum a constituição de fundações empresariais, no âmbito do que se tem chamado de filantropia empresarial. De acordo com o parágrafo único do art. 62 do Novo Código civil: “A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais, ou de assistência.</p>
5. Institutos.	<p>São organizações sem fins lucrativos, que diferem das fundações diante do Código Civil, pois não recebem uma forma jurídica própria, podendo ser criados e controlados por empresas privadas. Muitas vezes são criadas por empresas estrangeiras que possuem fundações em seus países de origem e optam por esta modalidade por não serem fiscalizadas pelo Ministério Público, pois já o são em seu país de origem, e pela burocracia ser menos exigente.</p> <p>No mundo do direito privado, que é onde se encontra o Terceiro Setor em matéria societária, não há definição legal para Instituto. Pode-se fazer uma fundação com nome de instituto, uma cooperativa, uma ONG, uma OSCIP, enfim, qualquer coisa. Instituto é um nome, uma designação, não uma figura jurídica, portanto não existem na lei requisitos para se formar um instituto, podendo-se utilizar este nome livremente, é uma associação civil que tem esse nome como “fantasia.</p>
6. Organizações Sociais (OSs)	<p>Trata-se de um modelo de organização pública não-estatal destinada a absorver atividades publicizáveis (área de educação, saúde, cultura, meio ambiente e pesquisa científica) mediante qualificação específica. É uma forma de propriedade pública não-estatal, constituída pelas associações civis sem fins lucrativos orientadas para o atendimento do interesse público. As OS são um modelo de parceria entre o Estado e a sociedade. O Estado continua a fomentar as atividades publicizadas e a exercer sobre elas um controle estratégico: demanda resultados necessários ao cumprimento dos objetivos das políticas públicas. O contrato de gestão é o instrumento que regula as ações das OS.</p>

7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)	As OSCIPs “materializam as teses de publicização do Direito Privado. Levam conceitos de Direito Público ao campo tradicional do Direito Privado: as relações e pessoas privadas. As OSs, por outro lado, são entidades privadas, criadas por iniciativa do poder público, exemplificando o fenômeno de privatização do Direito Público.
--	---

Fonte: (CALÔNIO, 1997, n.p.; JUCÁ, 2003, n.p.; RODRIGUES, 1998 apud FRASSON, 2001, p.26)

Segundo Costa e Visconti (2001, p.15), o Instituto Johns Hopkins, juntamente com o Instituto Superior de Ensinos Religiosos (ISER), realizaram uma pesquisa em 1999 intitulada “As organizações sem fins lucrativos no Brasil, ocupações, despesas e recursos”. Segundo esta pesquisa, a principal fonte de recursos das instituições sem fins lucrativos no Brasil provém de receitas próprias com a média de 73,8%. Os aportes estatais vêm em segundo lugar, com a média de 15,5% e, em seguida, as doações privadas com a média de 10,7%.

Atualmente qualquer entidade de natureza jurídica sem fins lucrativos, constituída no país, com efetivo funcionamento nos últimos três anos, que sirva a coletividade, e não remunere sua diretoria e conselhos, pode ser declarada pelo Ministério da Justiça como Entidade de Utilidade Pública Federal. Através deste certificado, as entidades passam a ser portadoras dos seguintes direitos:

- recebimento de doações da União;
- recebimento de receitas das loterias;
- realização de sorteios;
- isenção da cota patronal para o INSS;
- isenção de depósito do FGTS;
- permissão para que pessoas físicas e jurídicas possam deduzir do imposto de renda suas doações. (PAES, 2000, p. 415, apud ROSA et al 2003, p. 41).

Diante dos poucos incentivos governamentais voltados ao setor e a baixa participação das empresas sobre o total de doações privadas, que representam apenas 3,2% do total de recursos, vale ressaltar a emergência do conceito de “Responsabilidade Social”.

1.3 Responsabilidade Social

Para compreender o significado e os rumos daquele conjunto de ações envolvidas na noção de “Responsabilidade Social”, a primeira observação a ser feita é quanto a sua trajetória histórica. Para tanto, é necessário voltar ao passado e perceber como esse conceito surgiu e se modificou.

Ao analisar o cenário mundial, vale destacar a evolução social e econômica a partir da Revolução Industrial seguida pela Revolução Tecnológica e da Informação, que foram acompanhadas pelo agravamento dos problemas sociais e ambientais, bem como uma forte concentração de renda nas mãos de pequena parcela da população e de poucas empresas verificadas principalmente a partir de 1990, com o fenômeno da denominada “globalização”.

Diante desse quadro, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, lançado mundialmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), revelou que o Brasil encontra-se em 72º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na classificação de 177 países e territórios. E que o país está nove posições acima no ranking de renda em comparação a sua classificação pelo IDH, possuindo um PIB per capita de US\$ 7,70, o 63º maior dos 177 territórios (INTERLEGIS, 2004, n.p.).

Ao mesmo tempo em que o Brasil é considerado a 10ª economia mundial, possui dados contrastantes relativos ao desemprego, fome, violência, concentração de renda e corrupção. Essa disparidade demonstra a dificuldade do país em transformar sua riqueza em bem estar para a população.

O que se percebe é a imposição de uma lógica segundo a qual há o predomínio do “financeiro” sobre o “econômico”, em seu conjunto, e deste sobre o “político”, e deste, por

sua vez, sobre o “social” em geral; portanto, dessa forma, tem-se relegado ao último plano a resolução das questões sociais. (LEMOS et al, 2002, p. 2).

Entre as diversas instituições que compõem a sociedade, uma delas é o “Mercado” que, segundo Aurélio (1977), “representa o comércio ou conjunto de atividades de compra e venda de determinado bem ou serviço em certa região”. Os atores econômicos que lucram no “mercado” estão sendo chamados cada vez mais no sentido de contribuir no enfrentamento das questões sociais através da “Responsabilidade Social”. Não se trata aqui de substituir as funções essenciais do Estado, mas, sim, agir como partícipe dessas ações.

Analisando a evolução histórica do que se designa “Responsabilidade Social”, o primeiro caso evidente, segundo Ashley (1999, p.106), ocorreu em 1916, através do julgamento do caso Dodge versus Ford quanto à legitimidade da ação de Henry Ford. Presidente e acionista majoritário da indústria de automóveis Ford, decidiu por não distribuir parte dos dividendos esperados aos acionistas, investindo o capital no aumento de produção, aumento de salários e como fundo de reserva devido à queda de preço dos automóveis. A Suprema Corte deu causa a favor dos acionistas, justificando que a existência da corporação tem como finalidade o benefício de seus acionistas e que diretores corporativos têm livre arbítrio apenas quanto aos meios de se alcançar tal fim, não podendo usar os lucros para outros fins e que a responsabilidade corporativa e o investimento na imagem da empresa para atrair consumidores só poderiam ser realizados na medida em que favorecessem os lucros dos acionistas.

Após a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, esse tipo de posicionamento, centrado no lucro descompromissado com o social, sofreu ataques através de argumentos que apresentavam os acionistas como sendo, na verdade, passivos proprietários que abdicavam de seu poder de controle e de suas responsabilidades administrativas em face da

direção da corporação. Diante das necessidades sociais e do crescimento das organizações empresariais, diversas cortes norte americanas decidiram favoravelmente às empresas que acrescentassem a filantropia às suas ações, o que passou então a ser copiado e enfatizado com o passar do tempo (ASHLEY, 1999, p. 108)

Nos anos seguintes, emergiram discussões no meio empresarial e acadêmico dos Estados Unidos e da Europa sobre a importância da “Responsabilidade Social” por parte de seus dirigentes, sendo que, a partir de 1960, a questão ambiental passou a ser tema de discussão e acompanhamento empresarial, e as empresas passaram também a divulgar suas ações no âmbito social. Conforme o tema da “Responsabilidade Social” evoluiu dentro da gestão empresarial, houve o surgimento de vários autores que passaram a discutir as questões éticas dentro desse campo, o que contribuiu, de modo significativo, para a redefinição do papel das organizações.

Ao final da década de 1960, começou a crescer o consenso, nos países desenvolvidos, de que o campo social não deveria ficar relegado apenas à atuação do Estado, pois apesar do aparato estatal dispor de mecanismos consistentes, reconheciam-se as dificuldades do mesmo em atender todas as demandas sociais. “Havia, portanto, um consenso de que a solução para as carências sociais só é viável quando o ônus é compartilhado por todos – governo, por meio de suas instituições, e sociedade, através de seus setores organizados” (MASSELI, 2000, p.5)

No Brasil, a idéia da “Responsabilidade Social” ganhou força nos anos 90, no momento em que houve uma forte redução do papel do Estado, colocando-se a necessidade do setor empresarial colaborar para amenizar as questões sociais e melhorar sua imagem. Várias foram as vantagens institucionais e mercadológicas oferecidas pela adoção de projetos de caráter social, o que fez aumentar consideravelmente a participação das empresas

em programas sociais. O assunto se destacou de maneira significativa e motivou a fundação, em 1998, do Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social¹, a mais importante entidade brasileira voltada ao estudo do tema.

Segundo análise feita por Cardoso (2000, p. 115) sobre o termo da “Responsabilidade Social, há alguns anos atrás, poder-se-ia dizer que esta tinha uma presença mais forte nos Estados Unidos que no Brasil. Porém, na virada do século, verificase que a questão da Responsabilidade Social no setor privado empresarial brasileiro está crescendo em ritmo mais acelerado do que nos Estados Unidos. Segundo Menegasso (2001: 13):

A idéia da Responsabilidade Social, nos termos em que se coloca a questão, pressupõe que a atividade empresarial envolve o compromisso de toda a cadeia produtiva de empresa: clientes, funcionários e fornecedores, além das comunidades, do ambiente e da sociedade como um todo. A idéia está diretamente relacionada com a satisfação dos “stakeholders”, denominação dos agentes que mantém vínculos com a organização, como os trabalhadores, gestores, proprietários, clientes, fornecedores, prestadores de serviços, autoridades governamentais, credores, concorrentes, mídia, comunidade local, entidades da sociedade civil enfim, indivíduos ou grupos que dependem da organização para alcançar seus interesses ou objetivos próprios e dos quais a organização também depende para alcançar suas metas.

Por sua vez, Toldo (2004, n. p.) afirma o seguinte sobre o conceito em questão:

A responsabilidade social no Brasil teve como marco inicial a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas criada em 1960. Em 1982, a Câmara Americana do Comércio de São Paulo lançou o prêmio ECO de cidadania empresarial que é promovido até hoje. Em 1984 a Nitrofértil foi a primeira empresa a publicar seu balanço social. Em 1992 o BANESPA divulgou todas as suas ações sociais. Neste mesmo ano aconteceu no Rio de Janeiro o ECO-92, encontro de representantes de vários países para discussão sobre a importância do meio-ambiente e sua preservação. Em 1993 Herbert de Souza, o Betinho, lançou a Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida com o apoio da Pensamento Nacional das Bases Empresariais. Este foi o marco da aproximação dos empresários com as ações sociais. Em 1997, Betinho lançou um modelo de balanço social e em parceria com a Gazeta Mercantil criou o selo de Balanço Social para estimular as empresas brasileiras a divulgarem seus resultados

¹ O referido Instituto é associado à entidade norte-americana Business for Social Responsibility, e tem como objetivo oferecer mecanismos para que organizações públicas e privadas possam desenvolver ações visando melhoria da conjuntura sócio-econômica.

na participação social. Em 1998 foi criado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social pelo ex-empresário Oded Grajew, dos brinquedos Grow. Em 1999, a adesão ao movimento se refletiu com a publicação do balanço social de 68 empresas. Foi fundado o Instituto Coca-Cola voltado à educação, e a Fundação Abrinq que até hoje trabalha pela erradicação do trabalho infantil. As normas ISO e qualidade ambiental tornaram-se aspectos expressivos demonstrando o empenho empresarial em contribuir para uma sociedade melhor.

Vale ressaltar, aqui, as Organizações de Economia Solidária, que surgem como estratégia autônoma e emancipatória de desenvolvimento social e econômico. Conforme o artigo 2º do Projeto de Lei nº 830/2003, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que institui o Selo Economia Solidária, assim declara: “Economia Popular Solidária compreende o resultado da união de trabalhadores em empreendimentos que privilegiam a autogestão do trabalho, o consumo ético, a justa distribuição da riqueza produzida coletivamente, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas e à diversidade cultural” (MINAS GERAIS, 2003, n.p.).

O modelo de desenvolvimento econômico e a base de sustentação financeira das políticas sociais, no Brasil, são incompatíveis com os ideais de universalização. Na prática, se apresenta como um modelo excludente, insuficiente para cobrir as necessidades da população de baixa renda.

A partir de 1990, houve um fortalecimento das ONGs com o aumento de recursos provenientes do empresariado para o financiamento de projetos de interesse público.

A participação das empresas na área social teve seu início através de donativos para as instituições, que hoje são percebidos como investimento em programas ou projetos sociais. Nesse contexto, tal procedimento vem sendo utilizado por algumas empresas como estratégia de marketing, pois os consumidores, cada vez mais, procuram adquirir produtos de empresas socialmente responsáveis e esse movimento cresce na proporção direta da

conscientização dos consumidores sobre o seu poder de persuasão, visto que o investimento social agrega valor à imagem da empresa e, nessa relação todos saem ganhando.

As empresas que investem em ações sociais se diferenciam na competitividade do mercado, e com a imagem valorizada, aumenta a motivação dos funcionários, recebe maior colaboração dos parceiros e também ganha mais prestígio diante do público consumidor.

Contudo, mesmo que a participação das empresas na área social faça parte de uma estratégia de negócio, e “ainda que se trate de forma geral de um esforço de cosmética empresarial, é importante, pois constituem um primeiro passo e um reconhecimento de que o sucesso da empresa depende também da visão pública da sua utilidade para a sociedade” (DOWBOR, 1998, p.437, apud MENEGASSO, 2001, p.11).

O desenvolvimento da “Responsabilidade Social” pelas empresas se espelhou nas ações empreendidas pelo chamado “Terceiro Setor”, o qual apontou caminhos e modelou projetos bem sucedidos em que se basearam as empresas para o exercício dessa nova postura. É importante destacar que, nesse processo, surgiram, no cenário brasileiro, organizações representativas do segmento empresarial responsáveis pelo incentivo, apoio e implementação da “Responsabilidade Social” empresarial, como o já mencionado Instituto Ethos de Responsabilidade Social, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), as Federações de Empresas, as Federações das Indústrias, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNDE), a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), a Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES), entre outros.

Dessa forma, vem se formando uma rede de aproximação, cooperação e parceria na prestação de serviços de interesse público, uma rede entre o Estado, o mercado e a sociedade civil.

Segundo Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos, o conceito de “Responsabilidade Social” ultrapassa o investimento da empresa na comunidade ou em projetos sociais. Ela é uma filosofia de gestão empresarial, uma relação ética da empresa em todas as suas ações, em todas as suas políticas, em todas as suas práticas, em todas as suas relações com a comunidade, empregados, fornecedores, meio ambiente, governo, poder público, consumidores, mercado e acionistas. A idéia de “Responsabilidade Social” perpassa por questões éticas de comportamento, princípios e valores presentes nas múltiplas relações empresariais. Estas podem ser percebidas nas ações de uma empresa que presta auxílio a uma entidade de crianças carentes, mas que também se preocupa com a situação educacional dos filhos de seus funcionários. As ações sociais não devem ser realizadas pelo cumprimento de uma legislação, dever ou obrigação, mas sim, com espontaneidade, por respeito e ética.

Aparentemente, isso parece um fardo pesado para as organizações complexas. Mas o que está acontecendo, e a perspectiva é que isso se torne cada vez mais significativo, é que as empresas, em função da globalização, das tecnologias da informação, da comunicação de massa, dependem cada vez menos de máquinas e tecnologia que rapidamente ficam ao alcance de todos. As empresas estarão cada vez mais dependentes das pessoas. Seu sucesso e seu fracasso estão diretamente relacionados ao desempenho das pessoas. Essas pessoas são os consumidores, os cidadãos, os empregados, os fornecedores de produtos e serviços, os funcionários públicos, os profissionais dos meios de comunicação. E as pessoas reagem, na sua grande maioria, em função da maneira como são tratadas. Se trato as pessoas com ética, respeitando os bons valores sociais, com respeito e dignidade, as pessoas vão responder da mesma forma. E não podemos estender eventuais traições e decepções a toda a sociedade. Não é porque algumas pessoas se comportam equivocadamente que devo julgar toda a sociedade. A maioria das pessoas reage positivamente quando é tratada com dignidade, com respeito (ODDED GRAJEW, 1999, n.p.).

As “empresas socialmente responsáveis” fornecem produtos e serviços de qualidade por respeito aos seus consumidores, ganhando a fidelidade dos mesmos que apóiam, colaboram, participam e são os motivos de sustentação da empresa. Hoje, as ações relacionadas à idéia de “Responsabilidade Social” não se apresentam como uma atividade separada do negócio da empresa, mas como uma nova forma de gestão empresarial

indispensável para que a mesma tenha competitividade e possa ampliar, conquistar e ter sucesso no mercado. O setor empresarial detém grande volume de recursos financeiros, tecnológicos, políticos e econômicos; esse poder gera a exigência de responsabilidade por parte da sociedade, que analisa o comportamento de quem o detêm.

Para Costa (apud ETHOS, 2002, n.p.), uma “empresa socialmente responsável” se distingue por apresentar quatro compromissos básicos: a) a remuneração do capital nela investido por seus acionistas; b) o atendimento das necessidades e expectativas de seus clientes; c) o provimento de condições de auto-realização profissional, pessoal e social para seus colaboradores e d) atuação de forma socialmente responsável em seu ambiente externo.

Para as “empresas socialmente responsáveis”, apresentam-se os seguintes benefícios:

- Valorização da imagem institucional e da marca;
- Maior lealdade do consumidor;
- Maior capacidade de recrutar e manter talentos;
- Flexibilidade e capacidade de adaptação (equipes de trabalho);
- Longevidade (permanecer mais tempo no mercado);
- Acesso a mercados (mais investidores);
- Diminuição dos conflitos. (ETHOS, 2002, n.p.)

Muito vem se fazendo para que a “Responsabilidade Social” seja um fator de diferenciação das empresas no mercado. Como é o caso do Balanço Social, um projeto que demonstra a interação da empresa com elementos que a cercam ou que contribuem para a sua existência, incluindo a comunidade, economia local, recursos humanos e meio ambiente. Muitas empresas publicam seus balanços sociais apesar da divulgação não ser obrigatória. Na publicação do mesmo, deve constar o lucro operacional, a folha de pagamento, encargos

sociais, saúde, previdência privada, educação, contribuições para a comunidade, número de empregados, população feminina, portadores de deficiência física, entre outros.

Com o advento da “Responsabilidade Social”, cresce o número de empresas que vêm buscando certificados sociais, atestando, assim, o comprometimento ético de suas ações, de modo que a certificação se converte em subsídio de informação para que os consumidores e os investidores possam escolher a empresa que pretendem prestigiar.

Segundo Menegasso (2001), a Social Accountability (S.A 8000) é uma norma de gerenciamento social criada pela Council on Economic Priorities Accreditation Agency - (CEPAA) que, em meados do ano 2000, passou a denominar-se Social Accountability International - (SAI) . Responsável pelo credenciamento e monitoramento da norma SA 8000, a SAI é uma agência filiada a Council on Economic Priorities (CEP), entidade pioneira na área de “Responsabilidade Social” em Nova Iorque. Essa norma tem a validade de três anos e requer auditoria a cada seis meses. A SA 8000, no Brasil, requer da empresa o cumprimento da Constituição de 1988, as leis da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), as Normas Regulamentadoras da Lei 3.214, referente à Segurança e Medicina do Trabalho, e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse certificado está relacionado ao respeito dos direitos humanos e às adequadas condições e relações trabalhistas na produção e comercialização de bens e serviços.

A SA 8000 é uma norma que entrou em vigor no ano de 1996, e aparece como uma ferramenta para que administradores, empregados e profissionais da área de Segurança do Trabalho e outras especialidades possam ter a sua disposição um caminho a seguir e pelo qual direcionar suas ações quanto aos aspectos relacionados à prevenção de acidentes nas empresas. De uma maneira geral, essa norma auxilia as empresas quanto à valorização do seu capital humano, melhoria do rendimento no trabalho, valorização da imagem da empresa

e a garantia do sucesso organizacional. Essa norma delimita como deve ser administrada a segurança e a saúde do trabalhador na empresa, fornecendo um caminho a ser analisado, planejado e mantido conforme certos procedimentos que garantem, além dos benefícios internos, a adequação da organização às exigências legais, principalmente quanto às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

É importante, também, mencionar a Certificação ISO (International Organization for Standardization), fundada em 23 de fevereiro de 1947, com sede em Genebra, Suíça. No Brasil, a ISO é representada pela Associação Brasileira e Normas Técnicas (ABNT).

A ISO conta com duas séries de Normas relativas à idéia de “Responsabilidade Social”: a ISO 9.000, que busca o controle de qualidade total e a ISO 14.000, a qual garante para clientes e consumidores que a empresa respeita o meio ambiente em seu processo de produção.

A FSC – Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal) surgiu na década de 1990, no México, envolvendo ambientalistas, pesquisadores, engenheiros florestais, empresários da indústria e comércio de produtos de origem florestal, trabalhadores e comunidades indígenas, entre outros. No Brasil, a iniciativa para promover o FSC data de 1994, sendo fundado em setembro de 2001, em Brasília, o Conselho Brasileiro de Manejo Florestal, com o aval do FSC internacional.

O objetivo do FSC é difundir o bom manejo dos recursos florestais, conforme princípios e critérios que conciliem as salvaguardas ecológicas com viabilidade econômica e benefícios sociais válidos para o mundo inteiro.

O selo FSC atesta que a utilização de madeira, ou outros insumos florestais, em um produto são provenientes de uma floresta ecologicamente manejada, socialmente justa e economicamente viável, com o cumprimento de todas as leis vigentes. Em suma, o selo

orienta o consumidor consciente na opção por um produto que não degrada o meio ambiente e contribui para o desenvolvimento social e econômico.

A empresa, com sua imagem associada à idéia de “Responsabilidade Social”, atrai fundos e, cada vez mais, os investidores premiam as empresas que adotam práticas sociais e ambientalmente responsáveis. De acordo com o relatório do Social Investment Fórum (SIF), o volume de recursos investidos em ações de empresas socialmente responsáveis nos EUA saltou de US\$ 1,49 bilhão em 1999 para US\$ 2,03 trilhões em 2001. No Brasil, o único representante desse segmento é o fundo Ethical do ABN Amro Bank. Segundo Luiz Ribeiro (Ethos, 2004)

Faz todo sentido ligar análise financeira à análise social e ambiental, pois as empresas atentas a essas práticas tendem a ser mais rentáveis.” A mesma matéria continua com o analista do Unibanco, Christopher Wells, apontando que: “uma empresa que tem boa gestão ambiental também possui boa gestão financeira, de marketing e de produto.

Quanto à questão da sustentabilidade ambiental, o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DISI) é a primeira tentativa de se criar um indicador para investidores interessados em direcionar seus recursos a ações de empresas comprometidas com o desenvolvimento sustentável. Segundo o Instituto Ethos (2004), o índice foi lançado em setembro de 1999, pela Dow Jones, e a Sustainable Asset Management (SAM), empresa suíça de gestão de recursos, que recomenda somente empresas comprometidas com a idéia de “Responsabilidade Social”. O índice é formado por 310 ações de empresas de 26 países e quatro brasileiras integram a relação: Itaú, Unibanco, Embraer e Cemig.

Diante do exposto, percebe-se, no Brasil, um número crescente de corporações dedicadas à área de “Responsabilidade Social”, e esse diferencial vem se tornando fundamental para a manutenção competitiva da empresa no mercado. No entanto, é

necessário que as ações relativas à “Responsabilidade Social” sejam implementadas como processo de planejamento de gestão da empresa e não apenas como uma atividade pontual. E assim deve ser concebida, como um valor corporativo e não como modismo, ferramenta de marketing, ou exigência do mercado consumidor; pois será a partir dessa postura, que a idéia de “Responsabilidade Social” se efetivará como modelo de gestão.

Essa nova tendência empresarial, embora que tardia, exige, além da necessidade de aprimoramento da qualidade na gestão e no atendimento prestado, também o compromisso frente às carências sociais. Resta, portanto, acrescentar o “sentido de cidadania” na cultura empresarial brasileira surgida na trilha da questão da “Responsabilidade Social”.

Percebe-se que o conceito de “empresa cidadã” é novidade no Brasil, embora em outros países do primeiro mundo, essa prática além de antiga é também valorizada, pois é sabido que o incentivo a programas sociais gera retornos além dos mercadológicos diante da grande exigência do consumidor nesses países, por produtos ambientalmente corretos. Por fim, o maior retorno acaba sendo mesmo o financeiro.

Diante da distância existente entre o que se espera do Estado em termos de políticas públicas e o que ele efetivamente proporciona e do gritante desequilíbrio na distribuição de renda é que cresce na sociedade a exigência de uma participação mais direta do empresariado. Essa participação se apresenta cada vez maior através de iniciativas voltadas para o enfrentamento das carências sociais nas comunidades onde estão inseridas, seja atuando de forma isolada, em parceria com outras instituições, organizações não-governamentais ou com o próprio Estado.

[...] não se pode imaginar que o setor privado seja o principal agente de promoção de ações públicas. Sua participação, em termos diretos, deve permanecer pequena. Quando falamos em participação das empresas privadas em prol do público, falamos de um segundo curso de ação, que se refere aos componentes da

cidadania empresarial, representados pela ética e pela responsabilidade social, pelo exercício da cidadania enquanto relação de direitos e deveres para com todos os seus parceiros, em todas as suas ações (LIMA, 2000, n.p.)

O que se pretendeu abordar neste tópico foi a idéia de que o setor empresarial brasileiro, apesar de deter elevado grau de recursos econômico, tecnológico e político, ainda tem sua participação irrisória no enfrentamento das questões sociais, pois o progresso nos setores econômico e social, nos marcos do sistema capitalista de produção, necessitam e devem caminhar lado a lado para que a riqueza socialmente produzida seja da mesma forma usufruída e, assim, haja uma democracia verdadeiramente justa e igualitária, com os mesmos direitos e oportunidades para todos.

Como as organizações não governamentais se apresentam como atores fundamentais no processo de democracia e cidadania, será apresentado, a seguir, o caso da Sociedade Alfa Gente, uma organização sem fins lucrativos, que desenvolve trabalhos assistenciais voltados ao público infanto-juvenil.

CAPÍTULO 2- A EXPERIÊNCIA DA SOCIEDADE ALFA GENTE

Entre as organizações do Terceiro Setor, encontra-se a Sociedade Alfa Gente, uma ONG que privilegia a educação, saúde, nutrição e desenvolvimento social de 200 crianças e 106 adolescentes de comunidades em situação de miséria na cidade de Florianópolis.

2.1 Histórico e Estrutura Organizacional da Sociedade Alfa Gente.

Histórico

A Sociedade Alfa Gente nasceu a partir da iniciativa de um grupo de pessoas de diferentes segmentos sociais e profissionais, com a participação de irmãs da Congregação da Fraternidade Esperança, dissidência da Congregação da Divina Providência. Iniciaram, a partir de 1978, um trabalho inovador, levando a educação Pré-Escolar para as periferias de Florianópolis. Partindo do pressuposto de que a educação é um direito de todos e não um privilégio de alguns, tinham como objetivo levar os benefícios da Educação às camadas mais humildes. Assim, o grupo sentiu-se estimulado a concretizar suas idéias e tornar realidade os planos já elaborados. Dentre esses planos, estava inserido um projeto que previa a execução de um Programa de Educação em Centros de Desenvolvimento Infantil. Surgiu, assim, o primeiro Centro de Desenvolvimento Infantil na Comunidade da Caieira, no Saco dos Limões.

Com a implantação desse projeto pioneiro, de expressivo sentido social e educacional, começava a ser executado, na Capital Catarinense, um Programa de Educação Infantil, com bases inteiramente novas, ou seja, atendimento de crianças de comunidades em situação de risco, na faixa etária de zero a seis anos, como uma tentativa de experiência de “socialização da educação”, levando-a aos ambientes menos favorecidos.

De acordo com documentos da Sociedade Alfa Gente (2004, n. p.), suas metas prioritárias são: desenvolver um programa de educação infantil interdisciplinar que proporcione, simultaneamente, saúde, educação, nutrição e desenvolvimento social; conduzir as crianças através de uma educação libertadora, ampla, tornando-as mais conscientes; diagnosticar os fatores pré-disponentes da incidência de problemas que caracterizam o “auto-risco” educacional na criança, nos primeiros anos de vida; prevenir a marginalização social e a “favelização” da Grande Florianópolis, pela integração das famílias e desenvolvimento da comunidade; elaborar programação específica, com metodologia apropriada para crianças de zero a seis anos das comunidades envolvidas no programa. Busca também, criar condições para proporcionar o aumento da renda familiar, gerar novos empregos, melhorar as condições de saúde e o nível de escolaridade, proporcionar alimentação adequada à população infantil, treinar pessoal para desenvolvimento das tarefas, integrar a comunidade carente às demais camadas sociais, desenvolver melhores condições de vida das famílias e desenvolver lideranças, para que a comunidade possa assumir a condução de seu processo de desenvolvimento.

Conforme entrevista realizada com o diretor-presidente da organização, Tito Lívio de Bem Menezes em dezoito de outubro de 2004, a Sociedade Alfa Gente não pode contar com nenhum tipo de benefício governamental no início de suas atividades, tanto da prefeitura, como do estado, ou mesmo da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA), sendo considerados pelos dominantes políticos um grupo de esquerda, pois, na ocasião o país encontrava-se sob o domínio do regime militar.

Além de prestar serviços na área da educação, a entidade também procura despertar o espírito de cidadania de seu público alvo. Foi pensando assim que a diretoria da Sociedade

Alfa Gente, no início das atividades no “Morro do Mocotó” reuniu todas as crianças atendidas, em um movimento de protesto em frente à Prefeitura Municipal de Florianópolis, na Praça XV de Novembro, onde crianças e dirigentes da Sociedade Alfa Gente reivindicaram por direitos, principalmente por convênio financeiro, pois o trabalho desenvolvido pela entidade, além de não receber recursos, era também discriminado.

Para que fosse possível a continuidade das atividades, um grande número de pessoas passou a contribuir financeiramente com a entidade através de pagamento de carnês. Atualmente, 300 pessoas contribuem como sócios para o sustento da organização.

Segundo de Bem Menezes, quem, de fato, iniciou o programa desenvolvido pela Sociedade Alfa Gente foi o colégio Coração de Jesus que, através de sua direção, almejava ampliar a prestação de serviços para além de seus “muros” e contemplar também as crianças dos “morros”, “favelas”, enfim, das comunidades em situação de exclusão econômica e social da cidade de Florianópolis.

Para de Bem Menezes, a intenção da diretora do Colégio Coração de Jesus era levar o sistema de ensino do colégio até as “favelas”. No entanto, como experimento inicial, o colégio acolheu as crianças das “favelas” em seu espaço. Tal evento não foi bem aceito pelos pais das demais crianças e formou-se um grupo pequeno na sala de aula, com alunos que aceitavam essa “mistura” por terem outra visão de mundo já influenciada por seus pais, pelos conceitos de cidadania e solidariedade. No entanto, a formação desse pequeno grupo pré-escolar também não durou muito tempo devido ao horário de trabalho dos pais que não permitia que pudessem levar ou buscar seus filhos no colégio.

Considerando a dificuldade de horário e locomoção das crianças, decidiram então, levar a creche para as comunidades, e a primeira creche a ser instalada foi na comunidade Saco dos Limões.

Segundo de Bem Menezes, o Colégio Coração de Jesus que pertencia à Irmandade Divina Providência, se responsabilizou pelo projeto no início de suas atividades. A diretora do colégio, naquela ocasião, pretendia promover cursos profissionalizantes para os moradores das “favelas” dentro das instalações do próprio colégio, pois esse espaço ficava ocioso no horário noturno. Porém, a idéia não foi bem aceita e, desencadeou uma cisão na Irmandade Divina Providência entre as Irmãs que eram contra e as Irmãs que eram a favor do projeto. Assim, as Irmãs que eram favoráveis ao projeto saíram e formaram uma fraternidade, a Fraternidade Esperança. Também o professor Tito Lívio, atual diretor presidente da Sociedade Alfa Gente, foi convidado a solicitar demissão de suas funções.

A Fraternidade Esperança se instalou no Saco dos Limões, na casa pertencente ao Sr. Tito Lívio, sendo nesse local, a primeira sede da Sociedade Alfa Gente por dezesseis anos. Após esse período, os moradores da comunidade adquiriram autonomia e assumiram a liderança dos trabalhos, permitindo que as Irmãs da Fraternidade fossem morar nas comunidades em situação de risco, como desejavam, para melhor acompanhamento das mesmas.

Assim, o primeiro trabalho desenvolvido pela Sociedade Alfa Gente foi realizado no bairro de Caieras, Saco dos Limões, passando, posteriormente, para o Morro do Mocotó, na Prainha, Vila Aparecida, em Coqueiros e Morro da Caixa, no Estreito.

Conforme de Bem Menezes, houve um grupo de pessoas que trabalhou muito nesse processo. Através de um curso intitulado “Criatividade Comunitária”, esse grupo se reuniu e elaborou um conjunto de metas pessoais, grupais e societárias. As metas pessoais se referiam ao que cada um desejava para si; as metas grupais, ao que o grupo almejava e as societárias seriam propostas de ajuda para a sociedade. E a formação de creches fizeram parte de alguns dos objetivos do grupo.

O grupo era constituído por 01 médico, 02 sociólogos, 01 enfermeira e 01 pedagoga. Esse grupo se reunia semanalmente para se ajudar, colaborar e montar esse processo. Começou, a projetar as creches a serem implementadas nas comunidades mais pobres da cidade, que deveriam ter a qualidade de ensino pré-escolar semelhante ao do colégio Coração de Jesus devido o mesmo ser o colégio de referência na época. O mais conceituado, que era o Colégio Catarinense, não possuía ensino pré-escolar.

Os governantes do estado e do município eram contra a instituição também devido o fato de uma Irmã da Divina Providência ser muito amiga da mãe do então governador Sr. Jorge Borhausen e influenciá-la no sentido de que ela solicitasse ao filho para que este não auxiliasse a Sociedade Alfa Gente e não promovesse nenhum convênio com a instituição. Assim, a organização ficou um longo período sem receber recurso até que surgiu a colaboração do Arcebispo Metropolitano de Florianópolis Dom Afonso Nihues que inclui a Sociedade Alfa Gente no projeto da Ação Social Arquidiocesana (ASA), resultando na aceitação da entidade pela LBA.²

O único ensino pré-escolar que havia na época (1978) era direcionado para a elite local. Para os pobres, havia “depósito de crianças”, sem nenhuma programação de ensino.

Os Centros de Educação Infantil (CEIs) da Sociedade Alfa Gente, desde o início de suas atividades, sempre priorizaram o bom atendimento de suas crianças, contando com convênio junto a Universidade Federal, assessoria de pediatria, cuidados médicos com utilização de medicamentos fitoterápicos, suporte técnico de enfermagem, e agentes de saúde.

Em outubro de 1978, a diretoria da Sociedade Alfa Gente, realizou um projeto que foi o único aprovado em Santa Catarina pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que contemplaria as quinze comunidades mais pobres de Florianópolis, com os Centros de Educação Infantil nos moldes de qualidade já mencionados. Nenhum projeto da Prefeitura ou do Estado foi aprovado naquele ano, somente o da Sociedade Alfa Gente. Nesse projeto, o BIRD construiria, forneceria os equipamentos e o funcionamento seria por conta dos responsáveis pela instituição. No entanto, para a Sociedade Alfa Gente, o

² Dados obtidos através de entrevista realizada em 18.10.2004 com Tito Livio de Bem Menezes

BIRD concederia 50% do financiamento, também para pagamento de recursos humanos do projeto. Mas o mesmo foi vetado, quando chegou em Brasília, pois havia recomendações do governo municipal de Florianópolis e estadual de Santa Catarina para que não fosse celebrado o convênio, com o argumento de que se tratava de uma sociedade subversiva³.

Assim, sem contar com recursos públicos, a Sociedade Alfa Gente se manteve durante muito tempo apenas com doações e pagamento de carnês, sendo que até hoje a Sociedade Alfa Gente conta com seus colaboradores.

Ao decidir ampliar o trabalho, a diretoria da Sociedade Alfa Gente fez um estudo entre as comunidades pobres de Florianópolis, selecionando as comunidades do Morro do Mocotó na Prainha, Vila Aparecida, em Coqueiros e Morro da Caixa, no Estreito, por apresentarem os maiores índices de miserabilidade.

Como não havia um suporte experimental anterior com trabalho comunitário, houve, inicialmente, uma preocupação muito grande em preparar sua equipe, em treinar as pessoas que iriam desenvolver as atividades nas comunidades, com conhecimentos teóricos de psicologia, pedagogia e, também, noções de saúde e nutrição para oferecer às crianças de famílias de baixa renda uma pré-escola eficiente e de qualidade.

Os atendimentos nessas unidades se iniciaram com o Centro de Educação Infantil do Morro do Mocotó, em 1978, o Centro Infantil de Vila Aparecida, de Coqueiros, em 1979, o Centro Infantil do Morro da Caixa em 1989 e a Casa da Criança e do Adolescente em 1996. Em todas as unidades, as atividades estiveram voltadas para a educação, saúde, nutrição e recreação de 100 crianças em cada unidade, perfazendo um total de atendimento de 400 crianças e assistindo, indiretamente, a população de 5000 moradores das comunidades.

³ Conforme entrevista realizada em dezoito de outubro de 2004 com Tito Livio de Bem Menezes.

Salienta-se que, em decorrência de uma grave crise financeira no final do ano de 2002 e com a escassez de recursos para colocar em prática uma reforma geral no Centro de Educação Infantil Mocotó, em virtude de adequações solicitadas pela Vigilância Sanitária, foram feitas algumas reuniões com a comunidade para comunicar a real situação do CEI em funcionamento há 20 anos, e verificar a possibilidade de continuidade do atendimento para o ano seguinte.

Como não houve, na prática, a participação dos moradores da comunidade no sentido de colaborar pela manutenção da creche, a Sociedade Alfa Gente, fez-se o repasse da responsabilidade desse CEI ao Sr. Nilson Nelson Machado,

Destaca-se, ainda, que os atendimentos só foram iniciados no segundo semestre de 2003 naquela comunidade, na creche intitulada CRECHE DO DUDUCO II.

A atenção da Sociedade sempre esteve voltada à educação pré-escolar, sendo que a educação obrigatória oferecida pelos órgãos governamentais atende as crianças a partir da faixa etária de 07 anos, e o número de creches públicas é insuficiente para atender a demanda. Embora se amplie o número de vagas nos colégios públicos, cada vez mais se constata o fato de crianças ingressarem no ensino fundamental sem possibilidades de assimilarem e acompanharem os conteúdos propostos, tendendo à evasão e repetição escolar.

Devido à falta de obrigatoriedade do ensino pré-escolar, as crianças provenientes das camadas sócio-econômicas mais baixas, que perfaz a maioria dos brasileiros, estariam praticamente determinadas ao fracasso, por não apresentarem condições adequadas ao início do ensino formal.

A dificuldade não está somente no acesso à escola, pois, mesmo se houvesse igualdade de condições para todas as crianças em termos de oportunidades e de vagas, restaria questionar as dificuldades contraídas precocemente pelas crianças desfavorecidas, pois parte

significativa de crianças provenientes de camadas menos favorecidas não possui condições de adquirir, no ambiente onde residem, as habilidades necessárias a uma escolarização adequada. Os fatores ambientais significativos dizem respeito à ausência de materiais instrutivos, em geral, e deficiências comportamentais dos adultos que convivem com as crianças.

A privação cultural, o ensino compensatório, e a relevância do ensino pré-primário como medida preventiva de aprendizagem continuam sendo temas de discussão no sistema de ensino brasileiro. Verifica-se a privação cultural nas famílias de baixa renda pela ausência de experiências sensoriais, motoras e de comunicação no lar, cujas motivações para aprendizagem escolar são deficientes e cujo nível de aspiração é baixo.

A educação compensatória visa possibilitar a aprendizagem a um nível semelhante ao das crianças que não sofreram privações de qualquer natureza com métodos que podem ser preventivos ou remediativos. Os preventivos se destinam a fornecer condições adequadas para que a criança receba as estruturas cognitivas básicas no período, principalmente de 03 a 06 anos. Já os remediativos como o nome diz, só seriam desenvolvidos na ausência de programações preventivas. (MENEZES JR. 1990, p. 39)

2.2 Caracterização Institucional da Organização

A Sociedade Alfa Gente é uma instituição de direito privado de natureza associativa, sem fins lucrativos ou econômicos, com CNPJ 83.598.748/0001-65, que atua há 26 anos nas comunidades em situação de miséria na cidade de Florianópolis.

Sua sede está localizada à Rua Santos Saraiva, 840, sala-114 Ed. Continental Center – Estreito-Florianópolis/ Santa Catarina/ CEP 88070-100/ Fone/Fax: (0xx48) 248-2745.

Seu e-mail é alfa@otv.com.br e o site: <<http://www.alfagente.org.br>>. Foi fundada em 28/04/1978, com Registro Civil Livro A-14 nº 159 e é regida por estatuto próprio aprovado pelos sócios fundadores.

Atualmente desenvolve suas atividades em dois Centros de Educação Infantil (CEIs), um deles, localizado na comunidade de Vila Aparecida à Rua da Fonte, s/nº - Coqueiros, fone (48) 248- 3346; e outro, localizado no Morro da Caixa, à Travessa da Criança, nº 38 –

Estreito, fone (48) 248-3546, juntamente com estes, a Casa da Criança e do Adolescente, localizada à Travessa Universal, nº 14 – Estreito, fone (48) 348-1246.

Cada CEI atende 100 crianças de zero a seis anos, em período integral, e a Casa da Criança e do Adolescente atende 106 crianças e adolescentes de 07 a 12 anos em atividades diversas.

A Sociedade Ala Gente tem por filosofia “não permitir qualquer tipo de preconceito, rótulo, discriminação, castigo, ou seja, qualquer sinal de desrespeito à pessoa, principalmente, e indiscutivelmente à criança. A criança é prioridade”. (SOCIEDADE ALFA GENTE, 2004, n.p.).

Diretoria:

Diretor / Presidente: Tito Lívio De Bem Menezes

Vice-Diretor / Presidente: Vera Lúcia Rodrigues

Tesoureiro: Roberto Domingues

Secretário: Regina Maria Antunes de Azevedo

Certificação:

A Sociedade Alfa Gente recebeu registro de Utilidade Pública Municipal número 1.658, em 04/09/1979, de Utilidade Pública Estadual número 5.742, em 30/06/1980, e Utilidade Pública Federal Decreto nº 60.931, em 27/01/1992. E junto ao Conselho Nacional de Serviço Social recebeu registro nº 1.493, em 02/07/1987.

Missão:

A missão da organização é obter o bem estar das crianças de famílias de baixa renda, de zero a seis anos, oferecendo educação, saúde e nutrição adequadas para a promoção social

das mesmas, e, indiretamente, promover também o desenvolvimento das comunidades onde estas residem.

Objetivos:

- Atender crianças e adolescentes nos Centros de Educação Infantil situados nas próprias comunidades;
- Enfatizar o desenvolvimento e a aprendizagem da criança em todos os seus aspectos;
- Proporcionar ambiente agradável de ajuda mútua, respeito e responsabilidade;
- Liberar as mães ou responsáveis para o mercado de trabalho;
- Promover uma nutrição balanceada, fornecendo 04 refeições diárias;
- Realizar o acompanhamento de vacinas, tratamento odontológico e prevenção de doenças em parceria com os postos de saúde;
- Preservar a permanência dos filhos na família;
- Incentivar a integração social, grupal e comunitária;
- Realizar acompanhamento familiar.

Diretrizes:

- Desenvolver programa interdisciplinar, que proporcione simultaneamente: educação, saúde, nutrição e desenvolvimento social;
- Buscar o desenvolvimento integral da criança

A Sociedade Alfa Gente articula-se com órgãos públicos e privados entre empresas, escolas, Prefeitura Municipal e outras entidades, tais como os conselhos ligados à criança e adolescentes.

O funcionamento da Sociedade Alfa Gente está fundamentado nos seus estatutos, nas deliberações da assembléia, nas decisões da diretoria e nos procedimentos quotidianos para o desenvolvimento de suas atividades.

Segundo o seu estatuto, os órgãos da administração da Sociedade são a assembléia e a diretoria. Participam da assembléia os membros da diretoria, os sócios fundadores, dois representantes dos sócios benfeitores e dois representantes dos funcionários da sociedade.

À assembléia compete definir a filosofia, a política de ação, aprovar o plano de trabalho e o orçamento, eleger o diretor, aprovar os nomes dos demais membros da diretoria, celebrar convênios ou acordos, aprovar a estrutura e o regimento, exercer a fiscalização, aprovar as reformas do estatuto e as contas da diretoria. É composta por um diretor, um vice-diretor, um secretário e um tesoureiro, sendo o diretor eleito em assembléia e os demais membros, indicados por ele para a aprovação da mesma.

Ao diretor compete representar a sociedade e distribuir entre os membros da diretoria as funções específicas dos seus cargos.

Normalmente, a Sociedade realiza duas assembléias ordinárias durante o ano, e a diretoria se reúne segundo as necessidades, semanalmente, ou, no máximo, no prazo de quinze dias. Na sede, há a presença em período integral, de uma coordenadora e de uma gerente em período parcial. As funções específicas de cada cargo são mais fruto do consenso interno da diretoria, não havendo normas escritas que as definam, excetuando-se o que está previsto no estatuto.

Recursos Humanos:

A diretoria da organização, além das atividades de planejamento e de organização, também é responsável pela execução da maioria das atividades administrativas e organizacionais. O trabalho desenvolvido pela Sociedade Alfa Gente envolve, além da

diretoria, a participação de 04 pedagogos, 17 professores licenciados, em convênio com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, 02 profissionais na área administrativa, 21 profissionais técnicos nas áreas de educação, nutrição e higiene e 07 estagiárias na área da educação, totalizando 27 funcionários contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 17 professores conveniados, pagos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e 07 estagiários.

Há também a atuação de voluntários, que, sistematicamente, colaboram com as atividades desenvolvidas nas comunidades e na parte administrativa da Sociedade.

Para o atendimento de crianças de zero a seis anos, cada Centro de Educação Infantil, mantido pela Sociedade Alfa Gente, conta com uma coordenadora, cozinheira, auxiliar de cozinha, auxiliar de serviços gerais e auxiliar de professor, uma coordenadora pedagógica, funcionária da Fundação Educacional de Santa Catarina, cedida para exercer a supervisão pedagógica. Essa coordenadora trabalha nos próprios CEIs, não existindo um local específico para a mesma na sede. As coordenadoras dos CEIs, além da parte educacional, também são responsáveis pela administração e organização dos mesmos.

Plano de Trabalho:

Normalmente, os trabalhos da coordenação pedagógica, da coordenação dos CEIs e da diretoria, no que se refere às atividades desenvolvidas nas comunidades, são discutidos e decididos em reuniões conjuntas, quer em relação ao planejamento, à execução ou à avaliação. Também com relação ao papel de coordenação dos CEIs, não existem atribuições regimentais ou normativas, sendo que isso não prejudica o funcionamento dos mesmos. Existe comunicação direta com coordenação pedagógica e a diretoria, que estão em contato permanente com os CEIs.

Recursos:

A manutenção do trabalho desenvolvido se faz mediante:

- Recursos Federais (Convênio Creche Manutenção);
- Auxílio Alimentação (Convênio Prefeitura)
- Contribuição de Sócios
- Doações de particulares
- Eventos

As contribuições em forma de pagamento de carnês são realizadas na Casa Giane, localizada à Rua Tenente Silveira, 127 – Centro/ Florianópolis, cuja proprietária é simpatizante do projeto e colocou-se à disposição para efetuar tal serviço. As doações também podem ser realizadas através de depósito bancário nas contas: Banco do Estado de Santa Catarina, agência 001-9, na conta corrente nº 36.302-5 e Banco do Brasil, agência 3174-7, na conta corrente 9.041-7.

O convênio com a Prefeitura Municipal de Florianópolis é celebrado com interveniência da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social. Através dessa parceria, a Sociedade Alfa Gente recebe cooperação técnico-financeira na forma de convênio subvenção social, convênio alimentação escolar e cessão de professores.

Além do repasse financeiro dos governos federal e municipal, a Sociedade Alfa Gente está aberta para o trabalho voluntário, com o apoio do Instituto Voluntários em Ação, e doações de todo e qualquer material que possa ser utilizado nas unidades, como roupas, calçados, brinquedos, móveis, alimentos, utensílios domésticos, materiais de limpeza, de higiene e sucatas. Do exterior, há colaboração de um grupo de cidadãos simpatizantes do

projeto, que procuram sempre enviar donativos arrecadados em eventos que promovem. Vale ressaltar, como exemplo, o fato de que, em festas comemorativas de aniversários dos integrantes desse grupo estrangeiro, o aniversariante solicita que o presente seja em dinheiro, e o valor obtido é encaminhado à entidade.

Público Alvo

Nas duas comunidades, Vila Aparecida e Morro da Caixa, são atendidas 222 crianças de 0 a 6 anos, em período integral, nas áreas de educação, saúde, nutrição e desenvolvimento social e 100 adolescentes em atividades diversas, proporcionando a liberação de seus responsáveis para o mercado de trabalho. Indiretamente, são atendidas em torno de 5000 pessoas, ou seja, metade da população residente nas comunidades.

Metodologia

A Sociedade Alfa Gente desenvolve um trabalho de orientação global, abrangendo todas as áreas do comportamento da vida humana. O centro do processo é a criança. A fundamentação do processo pedagógico tem contribuições de: Célestin Frenet, Lev Semenovitch Vigotsky e Paulo Freire.

O programa é desenvolvido nos 2 CEIs, os quais possuem 14 salas de aula equipadas, atendendo, em média, 16 crianças por sala, com dois ou três professores conforme a idade das crianças.

Os CEIs dispõem de: na área da educação, 01 coordenador pedagógico, 01 coordenador de ensino; na área da nutrição, 01 cozinheira e 01 auxiliar de cozinha; na área de conservação e limpeza, 01 auxiliar de serviços gerais. Além do quadro funcional, ainda conta com o trabalho de voluntários.

Na área da saúde preventiva e curativa, existe a integração com os postos de saúde existentes nas comunidades para acompanhamento médico e odontológico das crianças.

As atividades educativas recebem supervisão pedagógica e a área administrativa conta com a colaboração de voluntários. A gerência financeira/administrativa é supervisionada pela diretoria da entidade.

2.3 A Participação da Sociedade Alfa Gente na Comunidade.

Como já foi dito, para iniciar suas atividades, a Sociedade Alfa Gente pesquisou as comunidades para priorizar seu atendimento, definindo, inicialmente, o Morro do Mocotó, na Prainha, prestando atendimento de 1978 a 2002. A partir desse período, transferiu a responsabilidade do atendimento ao político conhecido como Duduco, devido à falta de recursos financeiros para a continuidade do projeto. Posteriormente, vieram os Centros de Educação Infantil de Vila Aparecida, em 1979, do Morro da Caixa, em 1989 e a Casa da Criança e do Adolescente, no Morro da Caixa, em 1996.

Através da atuação da Sociedade nas comunidades, pôde-se constatar:

- Considerável redução do índice de mortalidade e de incidência de doenças infantis;
- A desnutrição praticamente deixou de existir, pois são fornecidas quatro refeições diárias, seguindo-se um cardápio balanceado, programado por nutricionista, e um programa de reeducação alimentar;

- Cursos de agentes de saúde foram ministrados na comunidade para que as próprias pessoas possam entender como cuidar da sua saúde e dos próprios filhos;
- Redução de evasão e repetência escolar;
- Liberação dos pais para o mercado de trabalho.

O objetivo maior da Sociedade Alfa Gente sempre esteve voltado a fornecer condições psicológicas e sociais para que as crianças das comunidades de baixo poder aquisitivo tivessem uma preparação adequada para a primeira série do primeiro grau, esperando, que a longo prazo, tenham a oportunidade de atingir cursos superiores.

Além do trabalho desenvolvido na área da educação, busca-se, também, a melhoria da qualidade de vida das crianças, fornecendo-lhes alimentação adequada e prestação de serviços aos responsáveis e demais familiares na área da informação sobre procedimentos necessários para obtenção de documentos e demais serviços públicos.

A forma de atuação é assistencialista, porém sem causar dependência, uma vez que, um dos objetivos da entidade é estimular os moradores das comunidades na participação efetiva dos trabalhos realizados nos CEIs para que, com o tempo, sejam capazes de liderar e conduzir os mesmos no sentido de que a Sociedade Alfa Gente possa dar suporte a outras comunidades.

Sendo assim, além de um trabalho preventivo e educacional, os Centros de Educação Infantil e a Casa da Criança e do Adolescente representam um referencial seguro onde as crianças podem permanecer enquanto seus responsáveis são liberados para o mercado de trabalho, conscientes de que seus filhos estarão bem cuidados, recebendo alimentação e orientação adequadas.

O número de comunidades em situação de miséria em Florianópolis é muito significativo, havendo a necessidade de ampliação do serviço oferecido. No entanto, devido a falta de recursos financeiros, novos projetos não podem ser implementados. Há solicitações de outras comunidades para que a Sociedade estenda seus serviços, procedimento impraticável devido à falta de recursos.

2.4 – Experiência de Estágio

Com o início do período de estágio da autora no ano de 2002 na Sociedade Alfa Gente, mais precisamente na Casa da Criança e do Adolescente do Morro da Caixa, houve a constatação por parte da mesma sobre a enorme carência de recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades propostas. Havia muita disposição e boa vontade por parte de todas as pessoas envolvidas nos trabalhos, no entanto os recursos governamentais provenientes de subvenção social e doações mostravam-se insuficientes para cobrir todas as despesas orçamentárias. Diante desse quadro, a área de interesse para o desenvolvimento das atividades da autora ficou condicionada à captação de recursos.

Durante o período, houve contato com várias empresas para captação de recursos materiais. Para tanto, foram utilizados como instrumentos, ofícios de solicitação de produtos e serviços, assinados pelo diretor-presidente da sociedade Alfa Gente.

A autora percebeu, na ocasião, o amadorismo das intervenções que realizava, pois eram pontuais, a base de alimentos e materiais que durariam pouco tempo e não se consistiam em contribuições sistemáticas. Houve a percepção por parte da autora da necessidade de profissionalização, objetividade e planejamento das ações com vistas à captação de recursos para a melhoria do atendimento prestado pela entidade.

Na ocasião, houve a oportunidade de se participar do curso de Gestão Social, promovido pelo Instituto Voluntários em Ação e pela Fundação Maurício Sirotsky, em 2002, na sede do SEBRAE – Florianópolis, onde se percebeu a existência de muitas organizações sem fins lucrativos, com ações sociais voltadas ao bem comum, como também muitas empresas e fundações financiadoras de projetos sociais. Constatou-se, que a formulação de projetos sociais constitui-se, atualmente, na melhor estratégia de captação de recursos para programas e projetos realizados por entidades filantrópicas e Organizações Não Governamentais.

Através desta experiência, pode-se perceber a ocorrência de questões relacionadas ao descompromisso das comunidades, ausência de recursos financeiros e técnicos, que não permitem a completa satisfação e realização dos objetivos propostos pelas entidades sociais, principalmente as que trabalham com o público infante-juvenil. Ressalta-se a importância do conhecimento da Instituição e da realidade político-econômica e social do público alvo.

Percebe-se, cada vez mais, a procura de capacitação profissional por parte das Organizações Sem Fins Lucrativos na elaboração de projetos sociais, dada a exigência dos financiadores e a necessidade das entidades para obtenção de recursos financeiros.

Para tanto, o novo paradigma de elaboração, implementação e avaliação de projetos sociais exige a busca de uma maior racionalidade nas ações e resultados, bem como de novos e modernos instrumentos que dêem conta dessas novas exigências.

Otimizar recursos, melhor controlar e avaliar resultados, ter clareza dos compromissos e das responsabilidades para avançar na efetividade dos resultados e exigências trazidos pelo compromisso ético, subjacente a toda e qualquer ação que se queira transformadora no campo social.

A dimensão técnica – maior competência na busca de conteúdos e de estratégias que nos permitam aferir resultados eficientes e eficazes – não é suficiente. Existe uma outra dimensão, a ético-política, que importa ressaltar, a qual organiza e sustenta esse processo, delimita-o em seu sentido e em seus fins, pois atuar na esfera pública, coletiva e social exige, antes de mais nada, um compromisso com a

efetividade e, para isso, é preciso que tenhamos uma visão crítica que questione, a todo momento, o sentido desse nosso agir.

É preciso termos clareza da importância da dimensão ética como responsabilidade de um Estado democrático e de uma sociedade civil organizada na busca conjunta de uma esfera pública cada vez mais fortalecida e ampliada. (CURY, 2001, p.40)

Conforme Salamom (1997, p. 105):

No mundo todo, o Terceiro Setor se depara com o desafio da legitimação somado ao desafio da eficiência, com a necessidade de mostrar a capacidade e a competência do setor, pois as organizações que o compõem enfrentam sérios desafios no âmbito da administração e do controle institucionais na medida em que aumentam as pressões para o aperfeiçoamento de seus sistemas administrativo e de desempenho, conforme vão desenvolvendo suas ações no enfrentamento dos problemas sociais.

Continuando com a questão da sustentabilidade financeiro-administrativa, Salamon (1996, p.106) aponta que:

[...] muitas organizações do “Terceiro Setor”, que começaram com esforços pessoais, ou graças ao apoio inicial de doadores estrangeiros, públicos ou privados, na medida em que cresceram em escala e complexidade, logo encontraram graves problemas de sobrevivência em consequência de cortes na assistência externa e à falta de recursos para o Terceiro Setor, em que um número cada vez maior de organizações tem de competir por uma fatia cada vez menor do bolo.

Muitos autores discutem a questão da sustentabilidade e gestão financeira das instituições

As organizações de assistência social estão começando a sentir o peso da concorrência na captação de recursos, o que exige, das organizações, sistemas de gestão de alta qualidade (HUDSON, 1999) com indicadores de desempenho, “quantitativos e qualitativos”, conceitos novos para as organizações e visam substituir formas paternalistas e ineficazes de atuação social, com maior preocupação por eficiência de resultado e sustentabilidade (FALCONER e VILELA, 2001 apud ANDRADE, 2002, p. 53),

Também são exigidas novas atitudes por parte do setor empresarial e maior dedicação da parte das organizações do “Terceiro Setor” em sensibilizar esse setor. No entanto, não se deve esperar que a filantropia privada seja sua única fonte de sustentação.

Para Salamon (1996, p.108), as instituições do “Terceiro Setor não podem esperar consolidar-se nas sociedades do mundo em desenvolvimento sem a participação e o

apoio empresarial. E, à medida em que a globalização avança, devem multiplicar-se as oportunidades nesse rumo, convencendo-se os empresários do papel relevante que poderão desempenhar num “Terceiro Setor” vigoroso e capacitado a ajudar no atendimento das necessidades públicas.

Para Andrade (2002, p.54), diversos benefícios são agregados, quando uma organização consegue captar recursos junto às empresas privadas. A associação com uma empresa respeitada agrega credibilidade às ações da organização, trazendo recursos que viabilizam a expansão da capacidade de atendimento e ainda proporciona uma comunicação versátil com diversos públicos.

No entanto, existe preocupação quanto a uma situação de dependência ou subordinação à empresa doadora, fato que as organizações de assistência social rejeitam, a menos que tal interferência contribua para a maximização dos resultados.

É necessário que o “Terceiro Setor” amplie seu leque de financiadores para além dos tradicionais e adquira um posicionamento político no cumprimento de seu papel estratégico como espaço para o surgimento de mecanismos de controle social do Estado e orientação do mercado.

Vale ressaltar que para as organizações do “Terceiro Setor” captarem recursos junto às empresas privadas é necessário a elaboração de um “plano de negócios” que representa uma ferramenta gerencial essencial no processo de captação de recursos e de gestão organizacional.

A priori, a organização que deseja desenvolver um projeto de captação, além de estruturada e juridicamente constituída, deve

possuir conhecimentos sobre títulos e certificados que facilitem o alcance dos objetivos, ter o foco de atuação definido, estabelecer a comunicação adequada com a comunidade, ter à disposição recursos humanos, contratados ou voluntários, capacitados para executar e gerenciar as ações propostas e, finalmente, ter uma boa administração financeira clara e transparente, conhecendo a composição dos recursos disponíveis. (ANDRADE, 2002, p.55).

Como já foi colocado, as organizações podem possuir constituições jurídicas distintas, bem como títulos e certificados diversos, que podem impactar na captação de recursos, principalmente a posse de certificados fornecidos por órgãos oficiais, que legitimam ainda mais a atuação da organização.

O foco de atuação representa a “missão” da organização, que assim é definida por Tenório (1999, p.30): “É a finalidade, a razão de ser, a mais elevada aspiração que legitima e justifica social e economicamente a existência de uma organização e para a qual devem se orientar todos os esforços”.

Segundo Andrade (2002, p.57), também a área de atividade facilita a elaboração de projetos: a International Classification of Nonprofit Organizations (ICNPO) elencou 12 áreas de intervenção: cultura e recreação, educação e pesquisa, saúde, assistência social, associação profissional, ambiental, desenvolvimento, filantropia, internacional, defesa dos direitos humanos, religiosas e outras.

Quanto à comunicação, difundiu-se, durante muitos anos, que a divulgação das ações desenvolvidas pela organização poderia denotar sensacionalismo e, em virtude dessa concepção, as organizações não deveriam divulgar suas ações. (ANDRADE, 2002, p.57)

Com relação ao marketing social, sua utilização teve início no final dos anos 60, com a divulgação dos programas de saúde pública e aponta-se, atualmente, que as organizações devem mostrar que a causa que defendem, como elas próprias, trazem benefícios para a comunidade. Devem divulgar suas propostas, capacidade de trabalho e os resultados já alcançados e os que pretendem alcançar.

Para captar recursos, é necessário que as organizações sem fins lucrativos desenvolvam projetos, definindo o público alvo e a causa a ser atendida. É necessário também elaborar um

diagnóstico financeiro da organização e do projeto mês a mês para que, ao final de cada período, possam ser avaliados os resultados e, baseados nestes, possam ser planejadas as ações para o período seguinte.

Considerando a importância dos projetos sociais, Cury (2001, p.52) sugere um roteiro que assegura os componentes básicos de uma proposta de trabalho, podendo ser alterado segundo a necessidade da instituição:

1. “Título do projeto. - O título de seu projeto deve refletir a natureza do problema enfocado e ter um impacto significativo em seu leitor;
2. Sumário executivo. - O objetivo do sumário é levar o futuro parceiro/financiador a uma apreciação e compreensão geral de sua proposta, permitindo determinar se ela se adequa às exigências de suporte técnico e/ou financeiro contidas no projeto. Deverá resumir de maneira eficiente, todas as informações-chave relativas ao projeto, não devendo ultrapassar uma página.
3. Apresentação da organização. - A apresentação deve conter: nome ou sigla da organização; composição da diretoria, da coordenação e nome do responsável pelo projeto; endereço para contatos e correspondências; histórico resumido da entidade (quando foi criada, diretrizes gerais, percurso ligado ao social, parcerias e trabalhos realizados, resultados alcançados e principais fontes de recursos ou financiamentos da organização).
4. Análise de contexto e justificativa. - A análise de contexto deve descrever as deficiências e potencialidades da região onde o projeto vai se inserir, as características da população local e as iniciativas já desenvolvidas. Deve analisar a natureza do problema e suas implicações, dando ênfase a aspectos quantitativos e qualitativos, fornecendo dados e indicadores significativos que cubram de maneira suficiente o problema. Essa análise deve se restringir aos elementos básicos que se relacionem ao problema enfocado e que nos permitam esboçar alternativas viáveis de intervenção. A justificativa deve expor seus argumentos, correlacionando as deficiências locais, necessidades e potencialidades descritas com a alternativa de intervenção escolhida, demonstrando a relevância e a necessidade de realização do projeto, bem como sua capacidade de transformação da realidade analisada.
5. Objetivos e metas. - Os objetivos e metas do projeto devem ser definidos com clareza e precisão.
6. Público-alvo. - Devem descrever as características (faixa etária, sexo, nível de escolaridade, situação socioeconômica) dos beneficiários (público-alvo) diretos e indiretos do projeto.
7. Metodologia. - Deve-se relatar, resumidamente, o modelo teórico utilizado, explicitar as rotinas e as estratégias planejadas, as responsabilidades e compromissos assumidos, como o projeto vai se desenvolver, todos os envolvidos e o nível de participação/responsabilidade de cada um.
8. Sistema de avaliação. - Deve-se descrever como será o sistema de monitoramento e avaliação do projeto, apresentando alguns indicadores tangíveis e/ou intangíveis, os instrumentos e estratégias de coleta de dados e a equipe responsável pelo processo.
9. Cronograma de atividades. - O cronograma de atividades deve enumerar as atividades necessárias à realização do projeto e suas etapas no tempo.
10. Cronograma físico-financeiro do projeto e composição do orçamento. - O cronograma físico-financeiro deve conter a previsão de todos os custos, por item de

despesa, durante o tempo de duração do projeto. A composição do orçamento deve explicitar o planejamento da cobertura/composição desses custos.

11. Anexos. – Os anexos devem conter as informações (ou documentos) adicionais que o financiador tenha solicitado ou que você considere necessárias como complementação do projeto.

Além do roteiro, Cury (2001, p.54) acrescenta algumas observações para a qualificação de um bom projeto, como : não apresentar comentários e opiniões; informar parceiras e articulações com outros projetos e instituições; preocupar-se com a lógica da argumentação; não usar jargões; sintetizar o assunto de modo a permitir uma leitura objetiva do mesmo; elaborar um documento claro e conciso; se o projeto for para a compra de um equipamento, apresentar o orçamento de pelo menos três fornecedores; pedir para outra pessoa ler seu texto e veja se ela o interpreta corretamente e, por último lembrar de realçar as positivities e potencialidades das propostas apresentadas no projeto.

Vale ressaltar a importância sobre o conhecimento dos potenciais financiadores e suas estratégias de participação em ações sociais, pois algumas empresas adotam uma metodologia padrão para apresentação de projetos.

Cada projeto possui características e necessidades diferentes, porém a estrutura deve ser sempre levada em conta. A partir da implementação dos projetos sociais é que as organizações formulam suas demandas, cumprem sua missão, desencadeiam suas ações e estruturam seu trabalho.

Considerando a competição pela busca de recursos, o projeto de captação apresenta-se como excelente ferramenta para a sustentabilidade das organizações de assistência social, constituindo um documento abrangente a respeito de sua organização, metas, impacto social e estrutura organizacional. Se bem elaborado, fornece subsídios suficientes para que o potencial financiador possa avaliar se realmente vale a pena investir no projeto da organização, considerando sempre que a transparência e a prestação de contas nunca podem faltar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A persistência da pobreza, no Brasil, decorre de um processo histórico, caracterizado pelo sistema capitalista e ausência de políticas públicas direcionadas para a população economicamente menos favorecida.

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, as ações de assistência social estiveram ligadas à Igreja e, por mais de três séculos, a filantropia foi desenvolvida sob a lógica da prática assistencialista. Durante todo o período colonial até o início do século XIX, predominou a associação entre Estado e Igreja Católica no atendimento e assistência das carências sociais.

As mudanças institucionais e políticas, ocorridas até as primeiras décadas do século XX, corresponderam aos interesses dos grupos dominantes representados pelos grandes fazendeiros e pela Igreja. Nesse período, o Código Civil Brasileiro de 1916 legitimou o papel exercido pela Igreja e pelas organizações sem fins lucrativos constituídas pela sociedade civil.

Em 1964, ano marcado pelo golpe militar, surgiram as primeiras Organizações não Governamentais, que representavam formas de ação política que se opunham ao autoritarismo da ditadura militar. Durante esse período, a atuação das Organizações não Governamentais foi tão significativa que passou a ser considerada como o marco do “Terceiro Setor” no Brasil.

Inicialmente, muitas Organizações não Governamentais estiveram ligadas a grupos religiosos, o que lhes conferia um caráter assistencialista. Com o decorrer do tempo, se diversificaram, passando a atuar em diferentes áreas, numa perspectiva de participação cidadã no processo de redemocratização do país.

Devido ao processo de globalização, agravamento das questões sociais, elevação das taxas de desemprego e inflação, o Estado entrou em crise, tornando-se incapaz de desenvolver

a contento as atividades sociais que havia implementado no período da ditadura militar (em nome da ordem e controle social), conduzindo a um movimento geral de reformas na década de 90, com a intenção de delimitar o tamanho do Estado através de processos de privatização, publicização e terceirização dos serviços públicos.

Diante desse cenário, a sociedade civil organizada vem assumindo, cada vez mais, a responsabilidade pelo bem estar coletivo através do chamado “Terceiro Setor”, que reúne em si um conjunto de organizações da sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, envolvendo a ação dos sujeitos sociais diversos. Cabe ressaltar que o objetivo do “Terceiro Setor” não é substituir o papel do Estado na formulação e execução de políticas públicas e, sim, complementá-lo através da participação das diversas organizações que o compõem, tais como: Associações, Organizações não Governamentais, Fundações, Institutos, e Organizações Filantrópicas.

Instituída em 1978 no município de Florianópolis, a Sociedade Alfa Gente sempre privilegiou a educação pré-escolar nas comunidades socialmente desassistidas, empenhando-se sempre em qualificar seu quadro funcional para proporcionar ao seu público alvo, um atendimento de qualidade. Os pontos fortes da Organização dizem respeito, além de uma forte estrutura administrativa, o comprometimento profissional das pessoas que a compõem com os objetivos propostos. Para o fortalecimento da receita orçamentária da mesma, sugere-se a elaboração do projeto de captação de recursos junto à iniciativa privada e a criação de estratégias de comprometimento das comunidades com os projetos desenvolvidos por ela. }

A partir do momento em que houve a redução do papel do Estado no enfrentamento da questão social, surgiu também a idéia de “Responsabilidade Social”, colocando a necessidade do setor empresarial em promover ações participativas de inclusão social da população menos favorecida.

O desenvolvimento da idéia de “Responsabilidade Social Empresarial” se espelhou em ações empreendidas pelo chamado “Terceiro Setor”, o qual apontou caminhos em que as empresas se basearam para o exercício dessa nova postura.

Com a crescente interdependência das relações econômicas e sociais, o bem estar coletivo depende, cada vez mais, de uma ação cooperativa em nível local, regional, nacional e internacional, sendo imprescindível o envolvimento do setor empresarial na busca de soluções para as questões sociais. Através de sua capacidade empreendedora e como fonte de recursos, as empresas comerciais devem promover parcerias com as instituições ligadas à prestação de serviços públicos que, por sua vez, devem buscar o aprimoramento de sua gestão social para que a avaliação final dos recursos e ações empreendidas obtenham o resultado esperado.

Percebendo a pequena participação das empresas nas atividades de enfrentamento das questões sociais, fica evidente que mais do que gerar empregos, o que se espera do empresário é que assuma um compromisso com a sociedade e que a “Responsabilidade Social” passe a fazer parte de sua gestão empresarial, sendo este o maior produto que uma organização pode oferecer.

A elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso possibilitou a ampliação do conhecimento em relação ao “Terceiro Setor” e a “Responsabilidade Social”, bem como a constatação da pequena participação das empresas comerciais no processo de enfrentamento das questões sociais.

Espera-se que o mesmo possa contribuir para todos os interessados no tema abordado, lembrando que o assunto não se esgotou e que esta monografia é mais um etapa na busca e sistematização do conhecimento e aprimoramento profissional.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Fernandes; YRUELA, Manuel. **Aproximación al sector voluntário andaluz en el ámbito de los servicios sociales**. In: SARASA, Sebastia y MORENO, Luis. El Estado del Bienestar en la Europa Del Sur. Madrid: CSIC, 1995.

ANDRADE, Miriam Gomes Vieira de. **Organizações do Terceiro Setor: Estratégias para Captação de Recursos junto às Empresas Privadas**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ASHLEY, Patrícia A. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal**. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

CALONIO, César Luiz Barbosa. **Selva Conceitual: conceituando organizações**. Texto didático do Projeto Demo. 1997. Não Paginado.

CARDOSO, Ruth. **Cidadania empresarial: o desafio da responsabilidade**. Revista Update. Agosto de 2000, p. 114-124.

CLEGG, Stewart. **Poder, Linguagem e Ação nas Organizações**. In: CHANLAT, Jean François et al, O Indivíduo na Organização, Dimensões Esquecidas, Vol 2, São Paulo, Atlas, 1993.

COSTA, Cláudia Soares e VISCONTI, Gabriel Rangel. **Terceiro Setor e Desenvolvimento Social**. São Paulo: AS/GESET, 2001. Não Paginado.

CURY, Thereza Christina. **Elaboração de Projetos Sociais**. In: ÁVILA, Célia M. de. et al Gestão de Projetos Sociais, (Coleção gestores sociais), 3ª ed.rev, AAPCS - Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, São Paulo, 2001.

ETHOS, Instituto. **Empresa Responsável Atrai Fundos**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 03 de out. de 2004. Não Paginado.

_____. **Responsabilidade Social das Empresas- percepção do consumidor brasileiro em 2001**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso: em 10 de abr. de 2004. Não Paginado.

_____. **Responsabilidade Social no Brasil e no Mundo.** Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 03 de out. de 2004. Não Paginado.

_____. **Responsabilidade Social: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre estas e o terceiro setor.** Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 02 de nov. de 2004. Não Paginado.

_____. **Sobre a Responsabilidade Social.** Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 08 de out. de 2004. Não Paginado.

_____. **Responsabilidade Social nas Empresas: aliando competência e consciência.** Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 15 de set. de 2004. Não Paginado.

_____. **As Empresas são parte da comunidade e têm obrigações.** Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 08 de out. de 2004. Não Paginado.

_____. **Welfare State no Brasil.** Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 08 de out. de 2004. Não Paginado.

_____. **O Movimento de Responsabilidade Social das Empresas no Brasil e no Mundo.** Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 02 de nov. de 2004. Não Paginado.

FERNANDES, Rubem César et al. **3º Setor – Desenvolvimento Social Sustentado.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FERNANDES, Rubem César. **O que é o Terceiro Setor?** In: IOSCHPE, Evelyn Berg et al.. **3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado,** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio.** Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1977.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER Andrés Pablo. **Desafios da parceria governo e terceiro setor.** Revista de Administração. São Paulo, p. 12-19, 1998.

FRASSON, Ieda. **Crêterios de Eficiência, Eficácia e Efetividade Adotados pelos Avaliadores de Organiza es Não-Governamentais Financiadoras de Projetos Sociais**. 2001. Disserta o (Mestrado em Engenharia de Produ o). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

GONÇALVES, Reinaldo; KOCHE, Bernardo. **Concentra o de Renda Divide o Brasil em 5 Classes**. Disponível em: <http://www.sociologos.org.br> Acesso em 03 de out.de 2004. Não Paginado.

GRAJEW, Oded **O que   Responsabilidade Social?** Disponível em: <http://www.ethos.org.br> Acesso em: 08 de out. de 2004. Não Paginado.

INTERLERGIS. **De olho no IDH**. Disponível em <http://www.interlegis.gov.br>. Acesso em 03 de nov. de 2004. Não Paginado.

JUCÁ, Maria Carolina Miranda. **Crise e Reforma do Estado: as bases estruturantes do novo modelo**. Disponível em : <http://www1.jus.com.br/doutrina>. Acesso em: 03 de outubro de 2004. Não Paginado.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEMOS, Daniela et all. **Responsabilidade Social**. 2002. Trabalho apresentado na disciplina Avalia o do Processo de Trabalho em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

LIGUORI, Guido; FINELLI, Roberto. **O “ano Gramsciano” no Brasil** in Gramsci e o Brasil. Disponível em <http://www.artnet.com.br/gramsci>. Acesso em : 02 de out. de 2004.

MARTINS, Paulo. **Qual a diferença entre organiza es sociais e organiza es da sociedade civil de interesse público?** Disponível em: http://www.rits.org.br/legisla o_teste/download/lg_out99.zip. Acesso em: 10 de dezembro de 2000. Não Paginado.

MASSELI, Carolina Gomes Costa. **Empresa Cidadã: Os Programas Sociais e o Nível de Comprometimento dos Empregados – Um Estudo de Caso na Cer mica Portobello**. 2000. Disserta o (Mestrado em Engenharia de Produ o). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

MAXIMIANO, Antonio César. **O que é uma organização?** Disponível em: <<http://www.gerenco.com.br>>. Acesso em 15 de nov de 2004. Não Paginado.

MENEGASSO, Maria Ester. **Terceiro Setor e Responsabilidade Social das Organizações.** Disponível em: <<http://www.portalsocial.ufsc.br>> Acesso em: 16 de setembro de 2001. Não Paginado.

_____. **As Organizações e o Serviço Social – uma visão preliminar-** Palestra proferida na Semana do Assistente Social . Florianópolis, 2000. Não Paginado.

_____. **Responsabilidade Social das Empresas: um desafio para o Serviço Social .** Texto didático - Curso de Serviço Social. UFSC. Florianópolis, 2001. Não Paginado.

MENEZES JR, Tito Livio de Bem **Sociedade Alfa Gente.** UDESC-ESAG, Florianópolis, Santa Catarina, 1990.

PEREIRA, LUIZ Carlos Bresser. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle.** Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1)

ROBBINS, Stephen P. **Administração: mudanças e perspectivas.** São Paulo: Saraiva, 2000.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário Enciclopédico Escolar.** 8 ed. São Paulo: Scipione, 1996.
ROSA, Moraes de Alexandre et all. **Marco Legal do Terceiro Setor: aspectos teórico e prático.** Florianópolis: Tribunal de Justiça, 2003.

SALAMON, Lester. **Estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor.** In: IOSCHPE, Evelyn Berg [et. al.], 3º: Setor Desenvolvimento Social Sustentado, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SHOMMER, Paula Chies; ROCHA, Ana Georgina Peixoto; FISCHER, Tânia. **Cidadania empresarial no Brasil: três organizações baianas entre o mercado e o terceiro setor.** Anais do 23º Encontro da ANPD. Foz do Iguaçu, 1999.

SIMIONATTO, Ivete. **Crise, reforma do Estado e políticas públicas: implicações para a sociedade civil e a profissão.** Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/Gramsci/>>. Acesso em: 24 de agosto de 2002. Não Paginado.

SOCIEDADE ALFA GENTE. **Documentos Relativos ao Ano de 2004**. Florianópolis. 2004. Não Paginado.

SOUZA Patrícia. **Comportamento Organizacional e Responsabilidade Social Interesse Mútuo**. Disponível em: <<http://www.pdfactory.com>> .Acesso em: 15.11.2004. Não Paginado.

TENÓRIO, Fernando G. (org). **Gestão de ONG's**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

THOMPSON, Andrés A. **Do Compromisso à Eficiência? Os Caminhos do Terceiro Setor na América Latina**. In: IOSCHPE, Evelyn Berg et. al.. 3º: Setor Desenvolvimento Social Sustentado, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TOLDO, Mariesa. **Responsabilidade Social Empresarial**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 03 de abr. de 2004. Não Paginado.

VESPER. **Regime Militar de 1964**. Disponível em <http://www.escolavesper.com.br/regime_militar_de_1964_pg_2.html>. Acesso em 16 de nov. de 2004. Não Paginado.

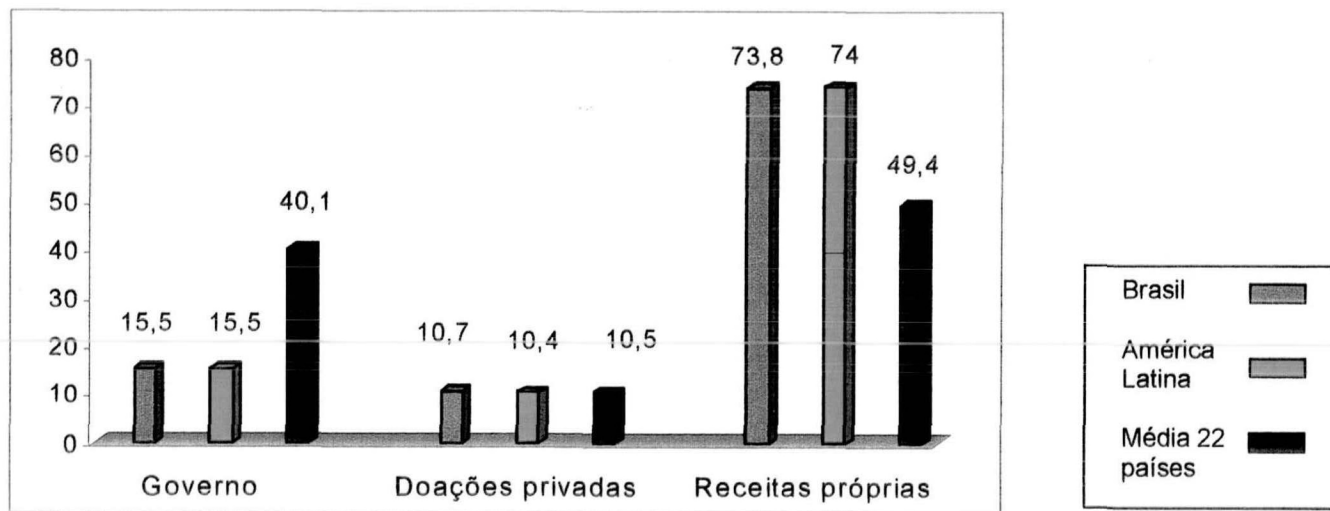
VIEIRA, Bethânia Santos. **Responsabilidade Social no Contexto da Empresa Trombim Embalagens Ltda. – Unidade de Fraiburgo**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

ANEXOS

ANEXO A

GRÁFICO COMPARATIVO DE FONTES DE RECURSOS PARA O “TERCEIRO SETOR”

**Médias brasileira, latino-americana e de 22 países das fontes de recursos
para o setor sem fins lucrativos**



Fonte: Pesquisa Comparativa Johns Hopkins – ISER, 1999

ANEXO B

LISTA DE ENDEREÇOS ELETRÔNICOS FINANCIADORES DE PROJETOS SOCIAIS

ENDERECOS ELETRÔNICOS - TERCEIRO SETOR

1. <http://www.mare.gov.br/>
2. <http://www.socialtec.org.br>
3. <http://www.pucjunior.com.br/>
4. <http://www.christophorus.org/>
5. <http://www.rits.org.br/>
6. <http://members.tripod.com/acadsocial/>
7. <http://www.dies.org.br/>
8. <http://www.infancia.adv.br/job/>
9. <http://www.equipenet.com.br/portadosol/>
10. <http://integracao.fgvsp.br/>
11. <http://www.widesoft.com.br/cgi-bin/majordomo/info/terceiro-setor>
12. <http://members.tripod.com/acadsocial/biblioteca/index.html>
13. <http://www.melhores.com.br/>
14. <http://www.kanitz.com.br/filantropia/mundo.htm>
15. <http://www.kanitz.com.br/filantropia/estado.htm>
16. <http://www.sm.conex.com.br/mundo-RP/rp.3setor.htm>
17. <http://www.infancia.adv.br/job/>
18. http://www.voluntarios.com.br/terceiro_setor.htm
19. <http://members.tripod.com/Ruifo/expe.htm>
20. <http://members.tripod.com/Ruifo/3setor.htm>
21. <http://www.amcham.com.br/eventos/cidademp.html>
22. <http://www.voluntarios.com.br/>
23. <http://www.jhu.edu/~istr/>
24. <http://ppessoa.zaz.com.br/paginas/poalitto00.htm>
25. <http://www.filantropia.com.br>
26. <http://www.rits.org.br/>
27. <http://www.fea.usp.br/adm/ceats/>
28. <http://www.geocities.com/collegetpark/field/8018/index.htm>
29. <http://www.equipenet.com.br/portadosol/>
30. <http://www.dies.org.br>
31. <http://www.melhores.com.br>
32. <http://www.ofichinadigital.ppg.br>
33. <http://200.18.48.123/> (REVISTA ELETRÔNICA)
34. <http://200.18.48.123/> (IBASE)

ANEXO C

DOCUMENTOS INFORMATIVOS DA SOCIEDADE ALFA GENTE

ESTATUTO DA SOCIEDADE ALFA GENTE

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, fins e duração

Art. 1º - A Sociedade ALFA GENTE, instituição de direito privado, de natureza associativa, apolítica, sem fins econômicos ou de lucros para os seus sócios, fundada em 28 de abril de 1978, tem sede e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina e se rege pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Art. 2º - A Sociedade tem por finalidade:

- a) Manter Centros Infantis nas comunidades carentes de recursos.
- b) Manter atividades de alfabetização de adolescentes e de adultos nas comunidades carentes atendidas.
- c) Contribuir com o processo educativo e o desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes das comunidades atendidas enquanto sujeitos de direitos.
- d) Promover a extensão do ensino médio e universitário através de estágio supervisionado.
- e) Manter serviços de treinamento de pessoal das comunidades atendidas, nos diversos ramos de atividades.

Art. 3º - A entidade prestará serviços permanentes às comunidades, sem qualquer discriminação de clientela.

Art. 4º - A Sociedade terá duração indeterminada.

CAPÍTULO II

Do Patrimônio

Art. 5º - Constituem patrimônio da Sociedade:

- a) Os bens e o capital existente na data de sua fundação.
- b) Os bens e os direitos que a ela venham a ser incorporados.
- c) Os legados, doações, subvenções e heranças que forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas, entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras.

Art. 6º - Os bens, direitos e rendas da Sociedade só poderão ser utilizados na realização de suas finalidades, permitida, porém sua vinculação, arrendamento, aluguel ou alienação, observadas as exigências legais e desde que tais operações destinem-se à obtenção de rendimentos a serem aplicados na consecução dos seus objetivos.

Art. 7º - Em caso de dissolução ou extinção da Sociedade, seu patrimônio líquido será destinado a um ou mais entidades congêneres, registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, conforme deliberação da Assembléia.

Art. 8º - Para cumprir com suas finalidades, a Sociedade será mantida:

- a) Com rendas de seu patrimônio.
- b) Através de doações de pessoas físicas ou jurídicas.
- c) Através de renda constituídas a seu favor por terceiros.
- d) Por usufruto que a ela for conferido.
- e) Com remuneração de seus serviços.
- f) Com subvenções dos poderes públicos.
- g) Com créditos adicionais que lhe forem outorgados para suprir as necessidades urgentes.
- h) Através de rendas próprias de imóveis que possam ou estejam sob sua administração.
- i) Através de rendas de outras origens.

Art. 9º - As subvenções e doações recebidas serão aplicadas nas finalidades a que estejam vinculadas.

CAPÍTULO III

Dos Sócios

Art. 10º - A Sociedade é integrada por sócios fundadores, sócios beneméritos e sócios benfeitores.

Art. 11º - São considerados sócios fundadores as pessoas que participaram da Assembléia de constituição e cujos nomes constam da respectiva ata.

Art. 12º - São considerados sócios beneméritos as pessoas que colaboram de forma especial para a Sociedade.

Art. 13º - Sócios benfeitores são as pessoas que contribuem com habitualidade na manutenção dos Centros de Desenvolvimento Infantil da Sociedade.

Art. 14º - Todos os sócios podem votar e ser votados.

CAPÍTULO IV

Dos Órgãos de Administração

Art. 15º - São órgãos da administração da Sociedade:

I – A Assembléia.

II - A Diretoria.

III – O Conselho Fiscal.

SECÃO I

Da Assembléia

Art. 16º – A Assembléia é constituída:

a) Pelos membros da Diretoria

b) Pelos sócios Fundadores

c) Pelos sócios Beneméritos

d) Por três Representantes de cada Centro de Desenvolvimento Infantil.

Art. 17º - Compete à Assembléia:

- a) Definir a Filosofia e a Política de ação da Sociedade.
- b) Aprovar o Plano de Trabalho e o Orçamento para o exercício financeiro.
- c) Eleger o Diretor e aprovar o nome dos demais membros da Diretoria.
- d) Aprovar a celebração de convênios ou acordos com Instituições públicas ou particulares.
- e) Aprovar a estrutura e o regulamento da Sociedade.
- f) Exercer as funções de fiscalização.
- g) Aprovar as reformas do Estatuto.
- h) Aprovar as contas da Diretoria.

§ 1º - A Assembléia será, presidida pelo Diretor da Sociedade.

§ 2º - A Assembléia reunir-se-á ordinariamente duas vezes ao ano e extraordinariamente, por solicitação de um terço dos membros que a integra.

§ 3º - As decisões serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes, exceto nos casos de dissolução ou extinção da Sociedade e para a reforma do estatuto, cujas decisões só poderão ser tomadas pela maioria absoluta dos integrantes da Assembléia.

§ 4º - Ao Presidente caberá também o voto de desempate.

§ 5º - A Assembléia Geral é o órgão Soberano.

Art. 18º - Ocorrendo vacância de membros da Assembléia, a substituição será feita Pelos membros remanescentes da Assembléia.

SEÇÃO II

Da Diretoria

Art. 19º - A Diretoria é o órgão executivo e administrativo da Sociedade e será dirigida por um Diretor.

Art. 20º - A Diretoria será composta por um Diretor, um Vice-Diretor um Secretário e um Tesoureiro.

Art. 21º - O cargo de Diretor será provido mediante eleição da Assembléia, pelo período de três anos, podendo ser reeleito.

§ 1º - O Diretor indicará para aprovação da Assembléia os nomes dos demais membros da diretoria, cujo mandato será também por três anos, podendo, igualmente serem reconduzidos.

SOCIEDADE ALFA GENTE

Rua Santos Saraiva, n.º 840 - sala 114 - Fone/Fax (048) 248-2745
Edifício Continental Center - Estreito
CEP 88070-100 - Florianópolis - Santa Catarina
CGC 83.598.748/0001-65

Fundada em 28/04/78
Reg. Civil Livro A-14 n.º 159

Útil. Pública Mun. Lei n.º 1.658-04/09/79
Útil. Pública Est. Lei n.º 5.742-30/06/80
Útil. Pública Fed. Dec. n.º 60.931-27/01/92
Filantropia Lei n.º 8.212-29/06/95
Reg. CNSS n.º 1.493-02/07/87

§ 2º - A Sociedade não remunera por qualquer forma os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, e não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 22º - Compete ao Diretor:

- a) Representar ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente a Sociedade.
- b) Distribuir entre os membros da Diretoria as funções específicas de seus cargos.
- c) Convocar a Assembléia.

Art. 23º - A Sociedade obrigar-se-á perante terceiros, mediante a assinatura de dois membros da diretoria.

Art. 24º - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 25º - O orçamento da Sociedade será uno e compreenderá todas as receitas e despesas.

Art. 26º - A prestação de contas anual da Sociedade será remetida ao Conselho Fiscal para apreciação e conterá entre outras os seguintes elementos:

- a) Balanço Patrimonial.
- b) Balanço Econômico.
- c) Balanço Financeiro.
- d) Quadro comparativo entre despesas realizadas e fixadas.
- e) Relatório do Diretor, abrangendo e discriminando as atividades da Sociedade no exercício.

SEÇÃO III

Do Conselho Fiscal

Art. 27º - O Conselho Fiscal será constituído por um Presidente e dois membros de seus sócios.

Art. 28º Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Emitir parecer sobre a movimentação contábil, econômica e financeira.
- b) Apresentar à Assembléia o parecer sobre a prestação de contas anual.

- c) O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente no mês de fevereiro e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

CAPÍTULO V

Das disposições gerais e finais

Art. 29º O presente Estatuto poderá ser reformado mediante deliberação da maioria absoluta dos membros da Assembléia.

Art. 30º - Os sócios não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Sociedade.

Art. 31º - É vedado aos membros da Diretoria a prestação de fianças ou avais a favor de terceiros em nome da Sociedade.

Art. 32º - A Sociedade só poderá ser dissolvida ou extinta, mediante aprovação da maioria absoluta dos membros que compõem a Assembléia, que da mesma forma deliberarão sobre o destino a ser dado ao patrimônio, de acordo com o dispositivo no Art. 7º deste Estatuto.

Art. 33º - O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia, devendo o mesmo ser registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Florianópolis. O presente Estatuto foi aprovado na reunião da Assembléia realizada em data de 28 de abril de 1978, reformulado nas Assembléias de 11 de fevereiro de 1994 e em 20 de maio de 1999.

PLANO DE ATENDIMENTO
(INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3 DE 19/04/93)

DADOS CADASTRAIS

Instituição / Entidade Proponente SOCIEDADE ALFA GENTE				C.G.C. 83.598.748/0001-65
Endereço RUA SANTOS SARAIVA, 840 – SALA 114				
Cidade FLORIANÓPOLIS	UF SC	CEP 88.070-101	DDD /Telefone 048- 248-2745	E.A PRIVADA
Conta Corrente 026.039-6	Banco BESC	Agência 0223-2	Praça de Pagamento Florianópolis	
Nome do Responsável TITO LÍVIO DE BEM MENEZES				CPF 006.679.949-04
Órgão Exp. - 705.029 – SSI / SC	Cargo DIRETOR	Função -	Matrícula -	
Endereço RUA SÃO TOMAZ DE AQUINO, 79 - TRINDADE				CEP 88.036-560

OUTROS PARTICIPES

Nome: Outros convênios a Prefeitura Municipal de Florianópolis: com a Secretaria Municipal de Educação, Trabalho e Desenvolvimento Social (Convênio Social) e com a Secretaria Municipal de Educação (Profº e Merenda)		CGC / CPF	E.A. MUNICIPAL
Endereço Conselheiro Mafra, 656 – Edifício Aldo Beck			CEP 88010-102

DESCRIÇÃO DO ATENDIMENTO

Nome do Programa / Ação CRECHE MANUTENÇÃO	Período de Execução	
	Início 01/01/02	Término 31/12/02
<p>Objetivos dos Serviços</p> <p>Atendimento de crianças de 0 a 6 anos em período integral, de 2ª a 6ª feira das 7:30 às 18:00 horas.</p> <p>A Sociedade Alfa Gente desenvolve seus trabalhos enfatizando as áreas de: educação, saúde, nutrição e envolvimento social.</p> <p>A programação é específica, com metodologia apropriada para crianças em situação de miséria, visando na medida do possível os recursos da própria comunidade.</p>		
<p>Justificativa da Proposição</p> <p>A Sociedade Alfa Gente há 23 anos se dedica às comunidades em situação de miséria, no atendimento de crianças de 0 a 6 anos, por ser esta a fase de maior importância para o desenvolvimento do SER MANO.</p> <p>Atualmente os trabalhos estão concentrados nas comunidades do Morro do Mocotó, Vila Aparecida e Centro da Caixa-Continente. Diante do acentuado empobrecimento das famílias que moram nas favelas, é necessário que estas crianças desprovidas de quase tudo, sejam atendidas em período integral, evitando desta forma a marginalização, a desnutrição e até mesmo o seu enfraquecimento físico e psicológico. Essas crianças ou são atendidas agora, ou teremos em um futuro próximo uma população inteiramente enfraquecida e dependente.</p> <p>Com este atendimento integral, as mães estão liberadas para o trabalho, aumentando desta forma a renda familiar.</p>		

ETAS

Descrição por tipo de atendimento	Quantidade	Estimativa de Custo	
		Valor unitário	Valor Total
Atendimento de crianças carentes de 0 a 6 anos, em período integral, reforçando as áreas de saúde, educação, nutrição e desenvolvimento social.	400	R\$ 44,52 (mês)	R\$ 48.000,00
TOTAL GERAL			

CAPACIDADE INSTALADA (Recursos Materiais – Humanos)

especificar instalações, equipamentos, mão-de-obra especializada na execução dos serviços)

RECURSOS HUMANOS

- 21 professores
- 19 auxiliares
- 06 merendeiras
- 03 coordenação pedagógica
 - 01 supervisão geral
- 03 coordenação administrativa
 - 01 assistente social
 - 03 serviço geral
- 03 agentes de saúde
- 02 auxiliar administrativo
 - 01 secretário
 - 01 diretor
 - 01 vice diretor
 - 01 tesoureiro

INSTALAÇÕES

- 03 Centros de Educação Infantil
 - 01 sede

Recursos materiais em anexo



Man

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSA EM RS

CONCEDENTE

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
400	6.808,00	6.808,00	6.808,00	6.808,00	6.808,00	6.808,00

Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
400	6.808,00	6.808,00	6.808,00	6.808,00	6.808,00	6.808,00

PROponente (Contrapartida)

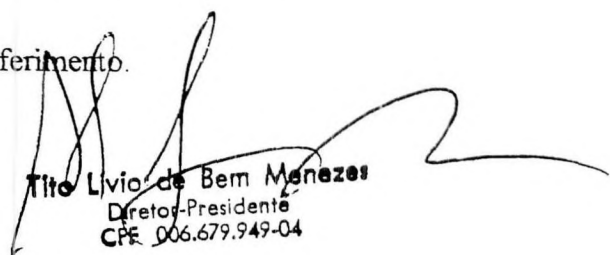
Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
400	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00

Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
400	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00

DECLARAÇÃO

Eu, representante legal de proponente, declaro para fins de prova junto ao Fundo N. A para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inobservância com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, não comprometa a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na execução deste plano de atendimento.

Pede Deferimento.


Tito Lívio de Bem Menezes
 Diretor-Presidente
 CPF. 006.679.949-04

Florianópolis 30/04/02
 Local e Data

APROVAÇÃO / CONCEDENTE

 Local e Data

 Convenente

SOCIEDADE ALFA GENTE

Rua Santos Saraiva, 840 - Sala 114 - Estreito - Florianópolis - SC.

CGC 83.598.748/0001-65

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que me comprometo a manter em arquivo próprio, a contar da assinatura deste, a documentação atualizada exigida pelo Fundo Nacional de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência Social referente ao Convênio da Ação Continuada, que estará à disposição dos órgãos de fiscalização e Controle.

Documentos:

- Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- Certidão Negativa de Débitos do FGTS;
- Certidão Negativa de Débito CND (INSS);
- Certidão Negativa Quanto a Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e
- Certificado de Registro no Conselho Municipal de Assistência Social

Florianópolis, 29 de abril de 2.002.


TITO LIVIO DE BEM MENEZES
Presidente da Sociedade Alfa Gente


tw

CERTIFICADO DE REGISTRO DE ENTIDADE DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis de acordo com o previsto no artigo 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/90), o artigo 4º da Lei Municipal 3794/92 e a Resolução 85/2001, após análise pela Comissão de Normas e Monitoramento e aprovação na Plenária de 25/03/03, concede o Registro à entidade **SOCIEDADE ALFA GENTE**, com sede à Rua Santos Saraiva, 840 - Sala 114 - Estreito, Florianópolis, SC.

Florianópolis, 25 março, 2003.


Lilian Pacheco S. Thiago
Presidente


Comissão de Normas e Monitoramento

Artigo 3º

Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Nº 8.069/90

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.



Instituição filantrópica, fundada em 28/04/78, atualmente atua nas seguintes comunidades em situação de miséria em Florianópolis:

☒ **Centro de Educação Infantil Coqueiros**
Rua da Fonte, s/nº - Vila Aparecida - Coqueiros
Fone: (48) 248-3346

Centro de Educação Infantil Morro da Caixa
Travessa das Crianças, 38 - Estreito
Fone: (48) 248-3546

Casa da Criança e do Adolescente do Morro da Caixa
Travessa Universal, 14 - Estreito
Fone: (48) 348-1246

Objetivo

- ☒ Atender as comunidades em situação de miséria
Atende hoje 222 crianças de 0 a 6 anos em período integral
Atender em atividades diversas (pedagógicas, culturais e esportivas) 100 crianças e adolescentes na Casa da Criança do Morro da Caixa.

Atividades Desenvolvidas

- ☒ **Na educação:**
desenvolvimento de atividades pedagógicas/lúdicas.
- Na nutrição:**
cardápio adequado, de acordo com a situação nutricional da criança.
- No social:**
integração grupal, comunitária e acompanhamento familiar.





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA - CTQ
COORDENAÇÃO DE JUSTIÇA, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

CERTIDÃO

CERTIFICO que, a instituição **SOCIEDADE ALFA GENTE**, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto de 27 de janeiro de 1992, publicado no Diário Oficial da União de 28/01/1992, CNPJ nº 83.598.748/0001-65, por ter tido aprovado o relatório e o demonstrativo de receita e despesa referente ao ano de **2003**, exigido pelo art. 4º da Lei nº 91/35 e o art. 5º do Decreto nº 50.517/61, faz **jus a manutenção do título de Utilidade Pública Federal**.



Esta certidão terá validade até 30 de abril de 2005.

Brasília, 14 de maio de 2004.

Damião Alves de Azevedo
Coordenador



Formulário de controle com campos para data, número e assinatura. Contém a data 20/05/04 e a assinatura de Damiano Alves de Azevedo.



SOCIEDADE ALFA GENTE
CEI'S: MOCOTÓ, COQUEIROS E MORRO DA CAIXA

REGIMENTO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
DA SOCIEDADE ALFA GENTE EM 2004

TÍTULO I

Da Identificação dos Centros

Art.1º- Os Centros de Educação Infantil da Sociedade Alfa Gente localizam-se:

CEI Coqueiros	Rua da Fonte, 110 Fundos – Vila Aparecida – Coqueiros/ Fpolis Cep 88080-420
CEI Morro da Caixa	Travessa das Crianças, 38 – Estreito/ Fpolis - Cep 88085-020

Art.2º- Os Centros de Educação Infantil da Sociedade Alfa Gente foram fundados em:

CEI Coqueiros = 1979
CEI Morro da Caixa = 1989

Art. 3º Os Centros de Educação Infantil da Sociedade Alfa Gente reger-se á por este regimento, aplicando-se nos casos omissos a legislação conveniente para cada caso.

Art.4º Os Centros de Educação Infantil tem como entidade mantenedora a Sociedade Alfa Gente

TÍTULO II

Dos fins e objetivos

Art.5º- Os Centros de Educação Infantil da Sociedade Alfa Gente tem como finalidade promover o desenvolvimento social da criança em todos os seus aspectos, físico, psicológico e intelectual, possibilitando a ampliação de seus conhecimentos visando a compreensão e conseqüente inserção da realidade social. * Os objetivos estão colocados na Proposta Pedagógica e nos Projetos da Instituição.

Art.6º- Os Centros de Educação Infantil da Sociedade Alfa Gente terão como princípio atender a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96 de 20/12/96) e as demais Resoluções ligadas à promoção da Infância.

TÍTULO III

Da Organização Administrativa e Pedagógica

Art.7º- A Direção é o gestor do funcionamento dos Centros de Educação Infantil, no sentido de garantir o alcance dos objetivos definidos no seu projeto político pedagógico.

Art.8º- A Direção Geral da Instituição é exercida pela Diretoria eleita em Assembléia e com mandato de 3 anos.

Art. 9º - Compreende os serviços gerais:

- A) Serviços gerais
- B) Auxiliar de professor
- C) Cozinheira
- D) Auxiliar de Cozinha

Art. 10º- Compreende os serviços técnico-pedagógicos:

- A. Coordenador pedagógico
- B. Professor

Parágrafo único: As atribuições de cada função, dentro dos Centros de Educação Infantil, estão ao final deste Regimento.

Das Crianças DIREITOS E DEVERES DAS CRIANÇAS DOS DIREITOS

- ✓ Direito a acessar e apropriar-se dos conhecimentos produzidos pela humanidade;
- ✓ Direito a desenvolver-se integralmente, onde a avaliação (observação, registro e acompanhamento), seja constante e vise o desenvolvimento global de cada criança;
- ✓ Direito à brincadeira, devendo esta, ser tanto um espaço para a aprendizagem quanto para o lazer;
- ✓ Direito ao acesso e permanência no Centro de Educação Infantil;
- ✓ Direito a ser respeitado;
- ✓ Respeito a igualdade de direitos;
- ✓ Direito a ser protegido, em ambientes seguros e ao cuidado constante de adultos;
- ✓ Direito à saúde, englobado nesta, a higiene, a vacinação e a alimentação;
- ✓ Direito de ouvir e ser ouvido;
- ✓ Direito a amizade;
- ✓ Direito a atenção especial, inclusive no período de adaptação Centro de Educação Infantil;
- ✓ Direito à professores formados na área da educação infantil;
- ✓ Direito à espaços físicos projetados que respeitem suas necessidades e características.

DOS DEVERES

- ✓ Dever de respeitar as regras do Centro de Educação Infantil;
- ✓ Dever de participar das atividades desenvolvidas pelo Centro de Educação Infantil;
- ✓ Dever de manter a higiene e conservação dos materiais e instalações do Centro de Educação Infantil;
- ✓ Dever de respeitar todos do Centro de Educação Infantil, sem distinção.
- ✓ Dever de freqüentar o Centro de Educação Infantil, sob a orientação dos pais.

Dos Pais
DIREITO E DEVERES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

- ✓ Participar de reuniões pedagógicas e administrativas.
- ✓ Trazer e apresentar os documentos solicitados, respeitando as datas definidas pelo Centro de Educação Infantil.
- ✓ Conhecer e estar ciente da importância do cumprimento deste regimento.
- ✓ Apresentar-se na unidade sempre que for solicitado.
- ✓ Levar e buscar a criança respeitando os horários estabelecidos neste documento. Caso os pais e/ou responsáveis não possam fazê-lo, deverão providenciar uma autorização.
- ✓ Justificar o motivo da ausência da criança no Centro de Educação Infantil, no prazo máximo de cinco dias letivos.
- ✓ Colaborar e participar de eventos realizados pelo Centro de Educação Infantil.
- ✓ Direito a dar sugestões no trabalho realizado no Centro de Educação Infantil.
- ✓ Direito a solicitar reuniões ou conversar com a direção e professores de seu filho(a).
- ✓ Direito de conhecer e participar do projeto político pedagógico do Centro de Educação Infantil.
- ✓ Contribuir financeiramente de forma voluntária com o Centro de Educação Infantil sempre que este apresentar dificuldades para o atendimento às crianças.

TÍTULO IV
Da Organização Didática
Capítulo I

Da Proposta Pedagógica

Art. 12º – A proposta pedagógica dos Centros de Educação Infantil da Sociedade Alfa Gente, deve estar fundamentada numa concepção de criança enquanto cidadã, em processo de desenvolvimento.

Art. 13º - Compete aos Centros de Educação Infantil elaborar e executar sua proposta pedagógica considerando:

- I- Concepção de educação;
- II- Concepção de educação infantil a partir de uma concepção básica, incentivando articulação entre os três níveis de ensino;
- III- Fins e objetivos da proposta;
- IV- Diagnóstico da população a ser atendida e da comunidade na qual se insere;
- V- Regime de funcionamento;
- VI- Espaço físico, instalações e equipamentos;
- VII- Relação de recursos humanos especificando cargo e funções, habilitações e níveis de escolaridade;
- VIII- Organização de grupos e relação professor-criança;
- IX- Organização do cotidiano do trabalho junto as crianças;
- X- Proposta de articulação da unidade com a família e a comunidade;
- XI- Processo de avaliação do desenvolvimento integral da criança, mediante observação, registro e acompanhamento;
- XII- Processo de planejamento geral e avaliação institucional.

Capítulo II
Do Regimento

I- Do calendário = em anexo

II- Da Matrícula

Art. 14º – As crianças que já frequentam o estabelecimento terão garantia de vaga desde que rematriculem-se no prazo determinado, apresentem a documentação necessária no ato da matrícula. Nesta ocasião dar-se-á prioridade de vaga, aos irmãos das crianças matriculadas.

Art. 15º – Os critérios para seleção das crianças serão de acordo com as normas estabelecidas pela Instituição.

Art. 16º – Não será permitida a inscrição de crianças em fase de gestação.

III- Da Transferência

Art.17º – Na Educação Infantil, não existe garantia de vaga para crianças transferidas de uma unidade para outra.

IV- Das Vagas

Art. 18º - O Centro de Educação Infantil procederá a organização do número de crianças por turma, obedecendo gradativamente os critérios da Resolução 003/99 do Município de Florianópolis:

CEI Coqueiros:

TURMA	TOTAL DE VAGAS	INTEGRAL	PARCIAL
a- Berçário I	(crianças de 0 a 1 ano de idade) = 17 crianças	07	10
b- Berçário II	(crianças de 1 a 2 anos de idade) = 24 crianças	12	12
c- Maternal I	(crianças de 2 a 3 anos de idade) = 16 crianças	08	08
d- Maternal II	(crianças de 3 anos a 3 anos e meio de idade) = 24 crianças	12	12
e- I Período	(crianças de 3 anos e meio a 4 anos de idade) = 25 crianças	11	14
f- II Período	(crianças de 4 anos a 5 anos de idade) = 25 crianças	11	14
g- III Período	(crianças de 5 a 6 anos de idade = completos após 07/2003)= 25 crianças	11	14

CEI Caixa D'Água:

TURMA	TOTAL DE VAGAS	INTEGRAL	PARCIAL
a- Berçário I	(crianças de 0 a 1 ano de idade) = 17 crianças	07	10
b- Berçário II	(crianças de 1 a 2 anos de idade) = 17 crianças	07	10
c- Berçário III	(crianças de 2 a 3 anos de idade) = 24 crianças	11	14
d- Maternal I	(crianças de 2 a 3 anos de idade) = 25 crianças	11	14
e- Maternal II	(crianças de 3 anos a 3 anos e meio de idade) = 17 crianças	07	10
f- I Período	(crianças de 3 anos e meio a 4 anos de idade) = 25 crianças	11	14
g- II Período	(crianças de 4 anos a 5 anos de idade) = 25 crianças	11	14

V- Do Horário de Funcionamento

Art. 19º - Sendo o horário de atendimento às crianças em período integral das 7:30 às 17:30, será permitida a entrada até 8:15. E sendo horário de funcionamento parcial das 07:30 às 11:30 e/ou das 13:30 às 17:30.

Art. 20º - A saída das crianças deverá ser até 17:30 horas. Após este horário, os responsáveis assinarão termo de responsabilidade, até 3 atrasos. Passando deste limite a criança será suspensa por 1 dia.

Art. 21º - Os atrasos regulares não serão permitidos. Caso aconteça, será chamado os pais ou responsáveis para conversar, sendo necessário o registro por escrito desta, com a assinatura dos mesmos.

Art. 22º - Em caso de chegada tardia, será permitido a entrada da criança, perante justificativa dos pais ou responsáveis.

VI- Da Frequência

Art.23º - A criança que não comparecer ao Centro de Educação Infantil, sem justificativa dos pais ou responsáveis nos primeiros 15 dias úteis, perderá o direito a vaga. Deve-se imediatamente, chamar outra criança inscrita.

Art.24º - A frequência regular é importante para o acompanhamento da criança nas atividades realizadas. A presença da criança deve ser registrada diariamente.

Parágrafo Único: as faltas serão consideradas justificadas mediante atestado médico e ou justificativa dos pais ou responsáveis.

Art. 25º - Não será permitido frequentar o Centro de Educação Infantil, a criança que apresenta doença infecto-contagiosa. A criança deverá retornar ao Centro somente com autorização médica, excetuando-se a criança com soro positivo.

Art. 26º - Crianças com diarreia, vômito e febre deverão ser aceitas no Centro de Educação Infantil somente com autorização e orientação médica, feitas por escrito.

Art. 27º - Somente serão medicados no Centro de Educação Infantil as crianças que apresentarem receita médica atual.

Art.28º - As crianças que necessitarem dieta especial deverão trazer a receita médica com as recomendações e os ingredientes específicos que o Centro de Educação Infantil por ventura não tenha.

TÍTULO V

Dos Registros, Escrituração e Arquivos

Art. 29º – A escrituração e o arquivamento dos documentos têm como finalidade assegurar em qualquer tempo, a verificação da:

- I- Identidade de cada criança;
- II- Documentação específica do Centro de Educação Infantil;

Art. 30º - Os atos do Centro de Educação Infantil serão registrados em livros, fichas ou instrumentos informatizados, resguardadas as características imprescindíveis, cabendo sua autenticidade à disposição da assinatura do coordenador administrativo.

Art. 31º – Constituem o arquivo de cada Centro de Educação Infantil da Sociedade Alfa Gente:

I- Documentação relativa ao corpo discente, compreende:

- A) Ficha de matrícula/inscrição
- B) Ficha de acompanhamento do aluno (relatório de avaliação)
- C) Registro de frequência;
- D) Ficha de saúde.

II- Documentação relativa ao Centro de Educação Infantil, que compreende:

- A) Livro ponto;
- B) Registro de patrimônio (na sede da Sociedade Alfa Gente);
- C) Livro de protocolo (na sede da Sociedade Alfa Gente);
- D) Livro ata das reuniões de pais/administrativas/professores;
- E) Cadastro individuais de professores e funcionários;
- F) Avisos e outros.
- G) Listagem de Espera;
- H) Movimento Mensal das Crianças.

TÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 32º - Este regimento será alterado sempre que as conveniências da proposta pedagógica assim o exigir, submetendo-se a Legislação em vigor.

**FUNÇÕES DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NOS
CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
DA SOCIEDADE ALFA GENTE**

DIRETOR E VICE- DIRETOR:

- Convocar e coordenar as reuniões da diretoria e assembléias;
- Despachar o expediente;
- Assinar documentos administrativos e financeiros;
- Incentivar a cooperação entre todas as pessoas que trabalham na Sociedade Alfa Gente;
- Pensar em novas formas de atuação;
- Participar das reuniões dos Programas da SAG;
- Elaborar relatório anual sintético contendo todas as atividades desenvolvidas e os recursos aplicados, para ser remetido a todos os colaboradores da SAG.

SECRETÁRIO DA DIRETORIA:

- Participar das reuniões da diretoria e assembléias e responsabilizar-se pela elaboração das atas;
- Participar das reuniões dos Programas da SAG;
- Representar a instituição quando solicitado;
- Fazer-se presente nos eventos dos Programas da SAG.

TESOUREIRO DA DIRETORIA:

- Acompanhar os trabalhos de contabilidade;
- Coordenar os reparos e manutenção dos projetos;
- Assinar documentos administrativos e financeiros;
- Comprar os materiais necessários às reformas e manutenção dos Programas;
- Participar das reuniões dos Programas da SAG;
- Representar a instituição quando solicitado;

TODOS OS PROFISSIONAIS:

- Ética profissional;
- É proibido o uso de aparelho celular durante o horário de trabalho, assim como é proibido fumar no ambiente interno e externo da instituição.
- Faz-se necessário o uso obrigatório do uniforme.
- Respeito e compromisso com a Proposta, as metas e os objetivos da Sociedade Alfa Gente;
- Elaborar e estar sempre em dia com o Planejamento, o Registro e as Avaliações das Crianças;
- Participar das Paradas Pedagógicas;
- Tratar todas as crianças sem distinção e/ou preconceito;
- Estar atento ao Planejamento geral da Instituição (funcionamento da cozinha, serviço geral, coordenação), procurando trabalhar o mais articulado possível com todos os setores do Centro de educação Infantil;
- Estar disponível para as trocas entre os CEI's.

- Estabelecer com todos os membros do Centro de Educação Infantil, um convívio prazeroso num espírito de cooperação e solidariedade;
- Use obrigatório do uniforme.

COORDENADOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO GERAL:

- Coordenar a sede da instituição, articulando-se com todos os programas em funcionamento na Sociedade Alfa Gente;
- Coordenar o setor pessoal e contabilidade da SAG;
- Contatar as pessoas para prestação de assistência jurídica quando necessário;
- Manter atualizado o cadastro de todos os contribuintes e voluntários;
- Efetuar a digitação de recibos, ofícios, declarações e cartas;
- Efetuar as compras diversas e cestas básicas dos funcionários;
- Organizar as contratações;
- Solicitar a presença dos membros da Diretoria sempre que se fizer necessário;
- Contatar Banco para a celebração de convênio para o recebimento das mensalidades dos carnês;
- Responsabilizar-se pela abertura de contas bancárias com a assinatura dos diretores;
- Responsabilizar-se pela aplicação de recursos financeiros quando houver disponibilidade;
- Efetuar pagamentos e depósitos bancários;
- Responsabilizar-se pelas prestações de contas;
- Elaborar relatórios sobre o desempenho financeiro da Sociedade Alfa Gente, para a Assembléia Ordinária;
- Responsabilizar-se pela organização das notas e recibos, pelo controle de contra-cheques, pela verificação dos extratos de contas, pela elaboração do balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício;
- Participar das reuniões das coordenações da SAG.

COORDENADOR PEDAGÓGICO DOS CEI'S;

- Atender crianças de 0 a 6 anos, indistintamente (dando prioridade aos moradores de cada comunidade) oferecendo a ela um ambiente propício ao seu desenvolvimento global;
- Oferecer oportunidade de integração entre pais, responsáveis, CEI e Comunidade:
 - Através de reuniões com os mesmos, no mínimo 2 vezes por ano, com oportunidade de debates e conversas sobre assuntos variados;
 - Através de conversas diárias;
 - Preparação de festas;
 - Visitas periódicas às casa das crianças;
 - Esclarecer gastos de manutenção dos CEI's a sede da instituição, aos pais e membros participantes do CEI;
- Propiciar ambiente agradável no CEI, procurando resolver junto ao grupo as dificuldades existentes e encaminhamentos do dia a dia, relacionados as questões pedagógicas e administrativas;
- Acompanhar e retomar responsabilidades no trabalho diário de cada funcionário em sua função:
 - Horário de chegada, saída e faltas;
 - Cobrar o planejamento das atividades desenvolvidas durante a semana;
 - Incentivar a pesquisa, a leitura, os estudos;

- A participação do grupo nas Paradas Pedagógicas, nas oficinas, nos estudos, nas palestras;
 - Viabilizar sempre que necessário, rodízios, trocas de profissionais, de horários;
 - Estar ciente das entradas e saídas de alimentação e material de higiene e limpeza;
- Manter em condições de uso o espaço físico dos CEI's: através de providências quanto a necessidade de reparos e reformas e zelando pela limpeza e higiene diárias ou periódicas;
 - Procurar alternativas de recursos financeiros para cobrir gastos mensais e necessários;
 - Enviar no período estabelecido, documentos mensais contendo informações necessárias para a sede da SAG;
 - Comunicar a sede ou supervisão geral, sempre que preciso, decisões de mudanças na rotina diária do CEI:
 - Ausência de coordenadoras (mudança de horário, falta médica);
 - Suspensão de atividades por motivos emergenciais;
 - Redução de atendimento de número de turmas e/ou horários por eventuais problemas relacionados ao funcionamento do CEI;
 - Atestados, dispensas longas de funcionários;
 - Alteração em datas de reuniões (Paradas Pedagógicas, reuniões e outros).
 - Participar de reuniões pré-fixadas ou de caráter emergencial;
 - Receber bem os que visitam os CEI's e proporcionar formas de agradecimento aos que contribuem com o desenvolvimento do trabalho da Sociedade Alfa Gente;
 - Procurar conscientizar em todos os níveis (famílias, comunidade, funcionários) a problemática sócio-econômica e cultural, na qual as crianças estão inseridas;
 - Coordenar a elaboração do planejamento das atividades do CEI;
 - Acompanhar os professores e auxiliares de sala nas atividades diárias;
 - Orientar e dinamizar os professores e auxiliares de sala na confecção de materiais e utilização dos recursos didáticos pedagógicos;
 - Orientar: avaliação dos profissionais, das crianças no processo de desenvolvimento e aprendizagem;

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

- Receber com carinho as crianças e seus pais ou responsáveis;
- Ética profissional;
- Dialogar sempre com os pais ou responsáveis sobre o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças;
- Tratar todas as crianças sem distinção e/ou preconceito;
- Fazer rodízio nos horários estabelecidos para o café;
- Manter os ambientes do Centro de Educação Infantil sempre organizados em favor das crianças;
- Estar atento ao Planejamento geral da Instituição (funcionamento da cozinha, serviço geral, coordenação), procurando trabalhar o mais articulado possível com todos os setores do Centro de educação Infantil;
- Discutir com a coordenação pedagógica os avanços, as dúvidas e dificuldades no trabalho diário;
- Organizar junto com o auxiliar os materiais de sala;

- Não esquecer que o cuidado e a educação andam juntos na Educação Infantil e que portanto os hábitos de higiene, a alimentação, o sono são fundamentais no dia a dia da criança no CEI.
- Elaborar e executar planejamento, registro e avaliações;
- Elaborar lista de material de sala mensal;
- Prever com antecedência o material didático para trabalhos.

AUXILIAR DE SALA:

- Receber com carinho as crianças e seus pais ou responsáveis;
- Ética profissional;
- Tratar todas as crianças sem distinção e/ou preconceito;
- Fazer rodízio nos horários estabelecidos para o café;
- Manter os ambientes do Centro de Educação Infantil sempre organizados em favor das crianças;
- Estar atento ao Planejamento geral da Instituição (funcionamento da cozinha, serviço geral, coordenação), procurando trabalhar o mais articulado possível com todos os setores do Centro de educação Infantil;
- Colaborar sempre que solicitado pelo professor de sala, da confecção dos Planos de Trabalho;
- Participar das atividades propostas pelo professor;
- Organizar junto com o professor os materiais de sala;
- Acompanhar as crianças ao banheiro e na escovação dos dentes;
- Não esquecer que o cuidado e a educação andam juntos na Educação Infantil e que portanto os hábitos de higiene, a alimentação, o sono são fundamentais no dia a dia da criança no CEI.
- Substituir a ausência do professor.

SERVIÇO GERAL:

- Tratar todas as crianças sem distinção e/ou preconceito;
- Manter os ambientes do Centro de Educação Infantil sempre organizados em favor das crianças;
- Estar atento ao Planejamento geral da Instituição (funcionamento da cozinha, serviço geral, coordenação), procurando trabalhar o mais articulado possível com todos os setores do Centro de educação Infantil;
- Responsabilidade sobre a higiene geral do Centro de Educação Infantil;
- Organização da Lavanderia e das roupas utilizadas diariamente no Centro;
- Limpeza constante dos pátios e banheiros;
- Distribuir nas salas e na cozinha o material de limpeza;
- Todos os dias, retirar e lacrar o lixo;
- Organização do depósito;
- Controle da lista de material de higiene e limpeza;
- Seguir as normas da vigilância sanitária quanto à utilização correta de roupas, calçados e acessórios.

COZINHEIRA:

- Tratar todas as crianças sem distinção e/ou preconceito;
- Controle entrada e saída de alimentos;
- Manter os ambientes do Centro de Educação Infantil sempre organizados em favor das crianças;
- Estar atento ao Planejamento geral da Instituição (funcionamento da cozinha, serviço geral, coordenação), procurando trabalhar o mais articulado possível com todos os setores do Centro de educação Infantil;
- Responsabilidade sobre a alimentação do Centro de educação Infantil;
- Organização do cardápio semanal e da Cozinha em geral;
- Limpeza constante da cozinha;
- Organizar lista de compras mensais em conjunto com a Coordenação;
- Ser flexível aos horários de alimentação das crianças, estando sempre atenta se todas as crianças do CEI se alimentaram;
- Nos casos necessários, seguir cardápio de dieta;
- Seguir as normas da vigilância sanitária quanto à utilização correta de roupas, calçados e acessórios.

AUXILIAR DE COZINHA:

- Manter o ambiente organizado e limpo;
- Auxiliar a cozinheira em todas as tarefas;
- Substituir excepcionalmente a cozinheira numa ausência;
- Seguir as normas da vigilância sanitária quanto à utilização correta de roupas, calçados e acessórios.

CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MORRO DA CAIXA

A Casa da Criança e do Adolescente é um programa de Educação Complementar, que atende 120 crianças do Morro da Caixa, na faixa etária de 7 a 16 anos.

Na comunidade do Morro da Caixa verifica-se um crescente empobrecimento populacional, com destaque para as precárias condições de moradia, alto índice de desemprego, muitos casos de violência, narcotráfico e falta de perspectiva profissional.

Assim as crianças e adolescentes atendidos originam-se de famílias com precárias condições de vida, sendo que muitos possuem seus provedores desempregados, que quando conseguem alguma renda é através de "biscates" e "bicos mal remunerados".

Acredita-se que a Casa da Criança e do Adolescente consolida-se num espaço que permite uma educação baseada numa política protetiva e cidadã, contribuindo para minimizar os riscos pessoais e/ou sociais da criança e do adolescente, permitindo assim, que muitas vezes estas não sejam "caso" de Conselho Tutelar e até mesmo dos abrigos, devido a situações que lhe retiram a condição de sujeito de direitos, como, exploração do trabalho infantil, violência doméstica, negligência etc...

Dentro destes princípios, a Casa da Criança e do Adolescente presta atendimento de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas aos usuários que posteriormente vão para a escola, e no período vespertino das 13:30 às 17:30 horas aos que já foram para a escola pela manhã.

As crianças e adolescentes atendidos pela Casa da Criança e do Adolescente, além do reforço escolar, exercem várias atividades, como música, recreação e capoeira. No intervalo das atividades, recebem 2 refeições: um lanche e uma refeição salgada. Sabe-se que uma alimentação variada, que contenha proteínas, carboidratos, gorduras, vitaminas e sais minerais, além de um aporte calórico suficiente para o desempenho das atividades diárias, é indispensável para o desenvolvimento neuropsicomotor de um indivíduo.

VOLTA

Objetivo Geral:

Contribuir com o processo educativo e o desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes moradores da comunidade do Morro da Caixa, enquanto sujeitos de direitos.

VOLTA

➤ **Objetivos específicos:**

- Trabalhar a valorização pessoal, a auto-estima, enfatizando a ajuda e respeito mútuo, através da interação entre:
 - Criança e adolescente / criança e adolescente
 - Criança e adolescente / professor
 - Criança e adolescente / coordenador
 - Criança e adolescente / espaço físico
 - Criança e adolescente / materiais e equipamentos.
- Oportunizar a iniciação musical, como forma de resgate da cultura local e regional.
- Proporcionar atividades de iniciação a artes cênicas, como forma de expressão da realidade cotidiana.
- Acompanhar o desenvolvimento escolar, auxiliando na redução da evasão e repetência escolar, através de atividades lúdicas e oficinas.
- Contribuir com o processo educativo e o desenvolvimento das potencialidades de cada criança e adolescente.
- Oferecer espaço para desenvolver atividades esportivas, visando socialização e integração dentro e fora da comunidade.
- Envolver família, equipe, crianças e adolescentes no desenvolvimento do projeto como um todo.
- Contribuir para a construção de uma cultura valorizadora da infância e da adolescência.

VOLTA

➤ **PROGRAMA DE ATIVIDADES:**

➤ **A - AULAS DE MÚSICA**

- Conhecimento dos instrumentos
- Afinação dos instrumentos
- Conceitos básicos da música
- Conhecimento das notas musicais
- Execução de pequenas canções
- Ritmos e escolha dos instrumentos musicais adequados às potencialidades de cada criança e adolescente
- Ensaios em grupo
- Execução de canções em diversos gêneros musicais

➤ **B - OFICINAS PEDAGÓGICAS**

- Acompanhamento nas tarefas diárias
- Pesquisa

- Acompanhamento nas disciplinas de maior dificuldade
- Contatos frequentes com a escola
- Atividades lúdicas e artes plásticas
- Jogos

VOLTA

➤ C - AULAS ARTES CÊNICAS DANÇA E TEATRO

- Origem e evolução da dança
- Técnicas de dança
- Improvisação
- Treinamentos básicos nas técnicas de dança
- A dança no Brasil
- Características coreografias e de estilo
- Tendências atuais na dança
- Improvisação teatral livre e orientada
- Jogos dramáticos e teatrais
- Objetos intermediários
- Estímulos plásticos, verbais e sonoros
- Jogos
- Criação de cenas e personagens
- Expressão corporal
- Percepção do corpo - concentração, tensão e relaxamento
- Qualidade do movimento
- Ações corporais
- Desenvolvimento da coordenação motora e rítmica

VOLTA

➤ D - ATIVIDADES ESPORTIVAS

➤ CAPOEIRA

1. Treinos
2. Rodas
3. Teoria
4. Entrosamento com outros grupos fora da comunidade

➤ FUTEBOL

1. Iniciação ao futebol
2. Condução de bola
3. Passe
4. Cabeceio
5. Deslocamento com e sem a bola
6. Chute
7. Técnica
8. Tática
9. Pequenos e grandes jogos

➤ VOLEI

1. Iniciação ao volei
2. Recepção
3. Manchete

4. Técnica e tática
5. Toque
6. Pequenos e grandes jogos
7. Jogos educativos

RECREAÇÃO

1. Gincanas
2. Jogos
3. Resgate de antigas brincadeiras

VOLTA

Endereço da Casa:

**Casa da Criança e do Adolescente do Morro da Caixa
Travessa Universal, 14 - Estreito
Florianópolis / SC
Fone: 48 348-1246**

VOLTA

[Informações Gerais](#) [Doações / Contribuições](#) [Projetos / Realizações](#)
[Parcerias / Convênios](#) [Saúde](#) [Fotos](#) [Relatório 2001](#)

**ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
SOCIEDADE ALFA GENTE**
Registro Civil Livro A-14 nº 159
Registro CNSS nº 1.493 - 02/071987
Filantropia Lei nº 8.212 - 29/06/1985
Util. Pública Estadual Lei nº 5.742 - 30/06/1980
Util. Pública Federal Decreto nº 60.931 - 27/01/1992
Telefone: (48) 248-2745
Email: alfa@otv.com.br

Powered By [Fabrício Pavoni](#)
All rights reserved 2002

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SOCIEDADE ALFA GENTE EM 2001

A Sociedade Alfa Gente atua em 3 (três) comunidades em situação de miséria em Florianópolis, mantendo em cada uma delas um C.E.I. (Centro de Educação Infantil) e 1 Casa da Criança e do Adolescente na comunidade do Morro da Caixa-Estreito, desenvolvendo atividades pedagógicas, culturais e esportivas.

Todo o atendimento é oferecido gratuitamente.

✧ ATENDIMENTO

430 crianças de 0 a 6 anos são atendidas em período integral, e recebem diariamente todos os cuidados necessários. São servidas 4 refeições diárias, de acordo com o estado nutricional das crianças, cuidados com a saúde, primeiros socorros e acompanhamento do desenvolvimento de cada criança (medição do perímetro cefálico, bem como peso e altura das crianças) e atendimento pedagógico adequado a cada faixa etária. O atendimento é dividido em 7 turmas por CEI, totalizando 21 turmas: 3 turmas de berçário I - 3 turmas de berçário II - 3 turmas de maternal I - 3 turmas de maternal II - 3 turmas de Iº período - 4 turmas de IIº período - 2 turmas de IIIº período.

120 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos em 2 períodos (matutino e vespertino) com 60 crianças e adolescentes em cada um deles; desenvolvendo trabalhos pedagógicos, culturais e esportivos, oferecidos através de oficinas de: iniciação musical, capoeira, reforço escolar, recreações diversas e artes plásticas e cênicas.

✧ REFEIÇÕES

34.400 refeições mensais para as 430 crianças dos CEI's e 9.600 refeições para as crianças e adolescentes da Casa da Criança e do Adolescente do Morro da Caixa. Sendo, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde e janta, utilizando-se de um cardápio específico, elaborado por nutricionistas, de acordo com as necessidades (estado de nutrição) das crianças e dos adolescentes. A despesa mensal com alimentação varia entre R\$ 8.000,00 a R\$ 9.000,00.

✧ RECURSOS HUMANOS

46 pessoas são remuneradas mensalmente pela entidade, para a realização do trabalho com as crianças e adolescentes, totalizando em

média, uma folha de pagamento de R\$ 23.000,00.

- 23 professores são remuneradas mensalmente pela Prefeitura Municipal de Florianópolis em convênio com a entidade, para a regência das turmas de crianças e adolescentes.

- 12 voluntários envolvidos diretamente com os programas e um rede de solidariedade de mais de 100 pessoas.

➤ RENDA FAMILIAR

- Cerca de 350 mães para o trabalho, aumentando desta forma a renda familiar e diminuindo o desemprego nestas comunidades.

➤ RETORNO PARA AS COMUNIDADE ENVOLVIDAS

- Cerca de 8.000 pessoas aproximadamente, de forma direta e/ou indiretamente são beneficiadas com este trabalho.

➤ FORMAÇÃO EM SERVIÇO

- Através de Paradas Pedagógicas mensais, acompanhamento dos planejamentos pedagógicos semanais feitos pelos professores, estudos quinzenais da equipe de coordenação dos projetos e encaminhamento para capacitação, cursos e oficinas promovidos por outras instituições.

➤ MANUTENÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO

No ano de 2001, o investimento da SAG foi para:

- Reforma do telhado do CEI Mocotó = R\$ 2.000,00
 - Reforma da parte hidro-sanitária do CEI Mocotó = R\$ 3.000,00
 - Construção de 1 banheiro para crianças no CEI Mocotó e reforma do banheiro dos professores = R\$ 2.500,00
 - Troca de 3 janelas no CEI Mocotó = R\$ 600,00
 - Reforma nas vigas de sustentação da cozinha do CEI Coqueiros = R\$ 1.500,00
 - Pequenos reparos nos 3 CEI's para obtenção de Alvará de Bombeiros = R\$ 1.500,00
 - Pintura do CEI Coqueiros (dentro e fora) = R\$ 3.000,00
 - Construção de 1 sala com 1 banheiro na Casa da Criança e do Adolescente = R\$ 6.000,00 (ainda não concluída)
-

➤ MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO

- O ano de 2001 foi de pouca aquisição de material didático, esportivo e brinquedos para as crianças e adolescentes em vista dos recursos serem

INFORMAÇÕES GERAIS

HISTÓRICO

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

JUSTIFICATIVA

OBJETIVOS DA SOCIEDADE

PÚBLICO ALVO

METODOLOGIA

METAS

» HISTÓRICO

Criada em 1978 com as seguintes diretrizes gerais: desenvolver programa interdisciplinar que proporcione simultaneamente: educação, saúde, nutrição e desenvolvimento social.

Preocupação com o desenvolvimento integral da criança, culminando com sua evolução educacional.

A entidade articula-se com Entidades públicas e privadas, subentendendo-se: empresas, Escolas, Prefeitura Municipal e outras entidades, tais como os conselhos ligados à crianças e adolescentes.

Todos os trabalhos realizados nos 23 anos, estão ligados à criança e adolescente, atingindo em média 400 crianças pôr mês.

Entre os resultados conseguidos neste período, podemos destacar: o desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes, ampliação do repertório infantil, melhoria das condições de saúde das crianças, quanto sua imunização, redução da mortalidade infantil, número de internações reduzidas, melhoria do estado nutricional e melhoria na relação com a escola. Principais fontes de recursos são advindos dos convênios celebrados, colaboração através de carnês, doação de empresas, particulares e trabalho voluntário.

TOPO

» COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Diretor / Presidente: **Tito Lívio De Bem Menezes**
Vice-Diretor / Presidente: **Vera Lúcia Rodrigues**
Tesoureiro / Secretário: **Roberto Domingues**

TOPO

➤ **JUSTIFICATIVA**

Em nossa sociedade constatamos momentos de crises econômicas, sociais e políticas, que se refletem nas estruturas comunitárias.

É grande o número de crianças que vivem em situação de pobreza e miséria, sofrendo a violação de seus direitos humanos elementares como: Direitos à vida, a saúde, à alimentação, à educação, a segurança, lazer e outros.

Nas duas últimas décadas a estrutura de Florianópolis foi alterada pelo significativo fluxo migratório de pessoas que vem em busca de melhores condições de vida.

Como os recursos investidos, em políticas sociais são poucos, principalmente nas áreas de habitação, saúde e educação, tem gerado bolsões de pobreza, onde a criança é muitas vezes as únicas alternativas de renda familiar. Também se verifica que o sistema educacional "oficial" não está preparado para atender as crianças das classes populares. O aumento de famílias monoparentais principalmente as sustentados pelas mães, evidenciando a necessidade da inserção da mulher no mercado de trabalho.

TOPO

➤ **OBJETIVOS DA SOCIEDADE**

- Oportunizar a permanência de 400 crianças nos CEI's situados nas próprias comunidades;
- Enfatizar o desenvolvimento e a aprendizagem da criança em todos os seus aspectos;
- Preservar a permanência dos filhos na família;
- Liberar as mães para o mercado de trabalho, mesmo com a precariedade do grau de escolaridade das mesmas;
- Oferecer condições de saúde e nutrição para minorar a incidência do perfil epidemiológico próprio de regiões subdesenvolvidas.

Para concretizar este objetivo, são desenvolvidas estas atividades:

Na saúde: acompanhamento de vacinas, odontológico, prevenção de doenças, sob a supervisão de enfermeira especializada em Fitoterapia;

Na educação: desenvolvimento das atividades já mencionadas;

Na nutrição: cardápio adequado, de acordo com a situação nutricional da criança;

No social: integração grupal, comunitária e acompanhamento familiar.

Contamos com 70 profissionais preparados (sendo que 47 remunerados pela entidade, 23 professores substitutos cedidos pela P.M.F/ S.M.E, 10 voluntários encaminhados pelo Instituto Voluntários em Ação, 04 voluntários que compõem a Diretoria e o Conselho Fiscal e 07 voluntários que participam alguns anos das atividades dos CEI's) para trabalhar com famílias de classe popular nas diversas áreas, com material adequado e metodologias específicas.

TOPO

➤ PÚBLICO ALVO

- Nas três comunidades são atendidas 400 crianças de 0 a 6 anos em período integral, nas áreas de educação, saúde, nutrição e desenvolvimento social.
- Dar condições para que 350 mães e/ou responsáveis possam ser liberados para o trabalho e o aumento na renda familiar.
- Indiretamente serão atendidas em torno de 5.000 pessoas metade da população residente nas comunidades.

TOPO

➤ METODOLOGIA

A Sociedade Alfa Gente desenvolve um trabalho de orientação global, abrangendo todas as áreas do comportamento da vida humana. O centro do processo é a pessoa da criança, "como ser complexo, cujo desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e lingüístico, até do físico motor, já ocorre desde o início da vida".

A fundamentação do processo pedagógico tem contribuições de: Frenet, Vigotsky e Paulo Freire.

O programa é desenvolvido nos 3 CEI's (Centros de Educação Infantil), nas quais temos a disposição 21 salas de aulas equipadas, atendendo em média 19 crianças pôr sala, com dois ou três professores conforme a idade das crianças.

Em cada CEI, dispomos de 1 coordenador pedagógico e 1 coordenador administrativo. Existe ainda uma cozinha montada para o preparo das refeições, tendo em cada uma delas 2 cozinheiras. Para atender as exigências de cada CEI dispomos de 1 agente de saúde, 1 para serviços gerais e 1 para a conservação do CEI. Além dessas pessoas, temos ainda o trabalho dos voluntários.

Para garantir o trabalho da saúde preventiva e curativa nas comunidades atendidas e nos CEI's, temos 1 Enfermeira especializada em Fitoterapia, responsável pela orientação e supervisão.

O desenvolvimento pedagógico tem a supervisão da coordenação geral e a parte organizacional e financeira conta com a supervisão da diretoria e a colaboração de voluntários.

TOPO

METAS

- ▶ Manutenção de três (3) Centros de Educação Infantil (CEI's), nas comunidades do Morro do Mocotó, Morro da Caixa-Estreito e da Vila Aparecida;
- ▶ Oportunizar a educação infantil de 400 crianças em tempo integral, para contribuir na liberação de 350 mães e/ou responsáveis para o mercado de trabalho;
- ▶ Levar as 400 crianças periodicamente ao posto de saúde para acompanhamento médico odontológico;
- ▶ Fornecer 4 refeições diárias para 400 crianças de acordo com o estado nutricional dos mesmos.

TOPO

Informações Gerais [Doações / Contribuições](#) [Projetos / Realizações](#)

[Parcerias / Convênios](#) [Saúde](#) [Fotos](#) [Relatório 2001](#)

**ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
SOCIEDADE ALFA GENTE**

Registro Civil Livro A-14 nº 159
Registro CNSS nº 1.493 - 02/071987
Filantropia Lei nº 8.212 - 29/06/1985
Util. Pública Estadual Lei nº 5.742 - 30/06/1980
Util. Pública Federal Decreto nº 60.931 - 27/01/1992
Telefone: (48) 248-2745
Email: alfa@otv.com.br

Powered By [Fabricio Pavoni](#)
All @ights @eserved 2002